

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ

IAN BATISTA IANTAS

MEIA-VOLTA, VOLVER - VOZES SILENCIADAS PELA DITADURA MILITAR NO
PARANÁ: UM LIVRO-REPORTAGEM COM RELATOS DE SEUS SOBREVIVENTES

CURITIBA

2023

IAN BATISTA IANTAS

MEIA-VOLTA, VOLVER - VOZES SILENCIADAS PELA DITADURA MILITAR NO
PARANÁ: UM LIVRO-REPORTAGEM COM RELATOS DE SEUS SOBREVIVENTES

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Graduação em Comunicação Social - Jornalismo, Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo.

Orientador: Vinicius Martins Carrasco de Oliveira.

CURITIBA
2023



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ
COORDENAÇÃO DO CURSO DE COMUNICAÇÃO SOCIAL
Rua Bom Jesus, 650, -- Bairro Juvevê, Curitiba/PR, CEP 80035-010
Telefone: 3360-5000 - <http://www.ufpr.br/>

Ata de Reunião

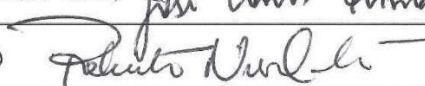
**AVALIAÇÃO DA APRESENTAÇÃO ORAL DO
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO EM COMUNICAÇÃO SOCIAL - HABILITAÇÃO EM JORNALISMO - II**

ALUNO:

IAN BATISTA IANTAS

Título: MEIA-VOLTA, VOLVER - AS VOZES ETERNAS DO SILENCIAMENTO: UM LIVRO-REPORTAGEM PARA CONTAR A HISTÓRIA DA DITADURA MILITAR BRASILEIRA PELOS RELATOS DE SEUS SOBREVIVENTES

DATA DA APRESENTAÇÃO ORAL E DEFESA: 24/02/2023, às 18h30, SACODE/DECOM - sala 4.

BANCA EXAMINADORA – PROFESSORES	NOTA
VINICIUS MARTINS CARRASCO DE OLIVEIRA (orientador) 	100
JOSÉ CARLOS FERNANDES (membro interno - UFPR) 	100
ROBERTO NICOLATO (membro externo) 	100
MÉDIA FINAL:	100

Curitiba, 24 de fevereiro de 2023.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer imensamente à minha família por todo o apoio ao longo de toda a trajetória educacional, que culminou na realização deste projeto.

À minha mãe Claudia e ao meu pai Ricardo, por sempre terem se certificado que eu entendesse a importância da educação para a minha formação pessoal e por sempre darem suporte emocional aos meus sonhos.

Às minhas tias Raquel e Rose e ao meu tio Jaime por toda a ajuda e por poderem proporcionar a reta final dos estudos que me permitiram ingressar na Universidade.

À minha namorada Giulia, cuja contribuição e importância jamais poderiam ser traduzidas plenamente nem em uma dissertação à parte, quem dirá em algumas linhas. O meu agradecimento é eterno e transcende essa vida.

A todos os meus amigos e colegas, sejam da graduação ou não, que tornam a vida mais leve e sempre apoiaram a minha escolha por esse caminho profissional, dando-me confiança extra de que estive no caminho certo.

Agradeço, também, a todo o corpo docente do curso de Comunicação Social, que contribuiu muito na minha caminhada universitária. Em especial, ao professor Elson Faxina, por ter comprado a ideia desse projeto quando ele se iniciou e ter me dado a segurança para seguir em frente; ao professor José Carlos Fernandes e à professora Myrian Del Vecchio, por terem cativado, e muito, o meu gosto pelo apaixonante jornalismo literário e o seu incrível gênero do livro-reportagem; ao professor Vinicius Carrasco, pela orientação precisa e a grande solicitude durante a realização deste trabalho, sobretudo ao longo dos momentos mais difíceis, na reta final, quando tudo parecia tão distante de ser alcançado.

Por mim, à Universidade Federal do Paraná pela missão de formar profissionais conscientes das responsabilidades sociais inerentes às suas áreas de atuação, sejam quais forem. Não há maneira mais honesta de retribuir à sociedade pelo privilégio de se obter ensino superior público, gratuito e de qualidade.

RESUMO

A memória que se tem a respeito da ditadura militar brasileira (1964-1985) é, até os dias de hoje, foco de disputa ideológica entre grupos sociais, destacando-se a problemática versão negacionista e amenizadora das transgressões de direitos humanos que foram experienciadas no período por aqueles considerados subversivos pelas autoridades da época. A presente pesquisa é uma base para o projeto de livro-reportagem “Meia-volta, volver - Vozes silenciadas pela ditadura militar no Paraná”, que busca um recorte sobre a história do regime de exceção a partir do relato direto de personagens que sofreram com a repressão estatal no estado do Paraná. Nos capítulos que compõem este trabalho, é apresentada ao leitor uma recapitulação dos principais acontecimentos da ditadura para fins de contextualização, passando-se para a análise sobre o papel da imprensa na construção das lembranças do período. Assim, pretende-se explorar as discussões a respeito do jornalismo — bem como de seu subgênero do livro-reportagem — como ferramenta na narração de histórias e criação de sentidos, salientando-se a necessidade de não permitir o esquecimento dos tenebrosos acontecimentos durante os anos de chumbo.

Palavras-chave: livro-reportagem; jornalismo de memória social; ditadura militar brasileira.

ABSTRACT

The memory of the Brazilian military dictatorship (1964-1985) is, until today, the focus of ideological disputes between social groups, highlighting the problematic negationist and softening version of human rights transgressions that were experienced in the period by those considered subversive by the authorities at the time. The present research is the basis for the book-report project “Meia-volta, volver - Voices silenced by the military dictatorship in Paraná”, which seeks to bring a new angle to the history of the regime of exception directly from the characters who were followed by the state repression. In the chapters that make up this work, the reader is presented with a summary of the main events of the dictatorship for contextualization purposes, moving on to the analysis of the role of the press in the construction of memories of the period. Thus, it is intended to explore issues regarding journalism — as well as its subgenre of the book-report — as a tool for storytelling and creator of meanings, emphasizing how vital it is not to allow the horrible events throughout the dictatorship to be forgotten.

Key-words: book-report; social memory journalism; military dictatorship.

SUMÁRIO

SUMÁRIO	5
1. INTRODUÇÃO	6
2. JUSTIFICATIVA	8
3. OBJETIVOS	10
3.1 - OBJETIVO GERAL	10
3.2 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS	10
4. METODOLOGIA	10
5. A DITADURA BRASILEIRA	14
5.1 - ANTECEDENTES	14
5.2 - O PRIMEIRO GOVERNO	16
5.3 - AI-5 E O AUGUE DA REPRESSÃO	17
5.4 - DESGASTE DO REGIME E REDEMOCRATIZAÇÃO	19
6. A REPRESSÃO NO PARANÁ	22
6.1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS	22
6.2 - FATOS MARCANTES	23
6.2.1 - Cenário político antes do golpe	23
6.2.2 - A repressão pelo estado	25
6.2.3 - Auge e descenso	26
6.3 - OS PREJUÍZOS DA DESTRUÇÃO DA MEMÓRIA	30
7. IMPRENSA E MEMÓRIA DO REGIME	33
7.1 - SUBJUGAÇÃO DO QUARTO PODER E SUAS PROBLEMÁTICAS	33
7.2 - A GRANDE IMPRENSA: ADESÃO E SUBSERVIÊNCIA	36
7.3 - IMPRENSA ALTERNATIVA: A NANICA GIGANTE	41
7.4 - MEMÓRIA JORNALÍSTICA COMO MEMÓRIA SOCIAL	47
8. O LIVRO REPORTAGEM	49
8.1 - NOÇÕES GERAIS	49
8.2 - VALOR DOCUMENTAL E A IMPORTÂNCIA DE NÃO ESQUECER	53
9. O PRODUTO	55
9.1 - OPÇÕES NARRATIVAS	55
9.2 - ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO	57
9.3 - PROPOSTA EDITORIAL E GRÁFICA	59
9.4 - FICHA RESUMO	60
CONCLUSÃO	60
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	63

1. INTRODUÇÃO

Em meio a um dos períodos políticos mais conturbados de uma democracia historicamente frágil, a ascensão do Governo Jair Bolsonaro trouxe consigo uma retórica de relativização e, em casos mais extremos, negacionismo a respeito do Regime Militar pelo qual passou o Brasil entre 1964 e 1985. Ao longo de sua corrida eleitoral e mandato, puderam ser observados distintos episódios em que a memória da ditadura foi alvo de distorções, releituras e ataques a fim de cultivar a narrativa de que as infames repressões do período não foram tão graves quanto relatadas ou, ainda, que não existiram.

A convivência perante a lembrança das torturas e opressões realizadas pelas Forças Armadas no século passado ganharam força perante alguns setores da sociedade a cada declaração feita pelo ex-presidente, que rotineiramente tratou o episódio sem a devida responsabilidade que se espera de um chefe de Estado em um regime democrático. Logo em seu primeiro semestre em exercício, em 2019, Bolsonaro determinou que o Ministério da Defesa fizesse “as devidas comemorações” em relação ao dia 31 de março, no qual João Goulart, então Presidente, foi deposto há mais de 58 anos. A partir dessa data, a nação brasileira veria um duro regime que culminou, ao longo de 21 anos, na morte e desaparecimento de mais de 434 pessoas, conforme divulgou a Comissão da Verdade (BRASIL, 2014) em relatório com cerca de 4300 páginas, finalizado em 2014.

Apesar dos números apontados pelo documento, e do teórico conhecimento sobre a opressão vivida naquela época, o período ainda não é visto com a devida aversão. O dia 31 de março de 2019 foi marcado por manifestações contra a Ditadura em diversas cidades do país, mas também a favor. Essa preocupante realidade é corroborada pelo fato de que, consoante pesquisa elaborada em 2020 pelo Grupo de Pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública¹, parcela considerável do povo brasileiro considera aceitável a implementação de um golpe militar frente ao

¹SINDERSKI, M. Rafaela. A opinião do brasileiro sobre democracia e golpe militar. **Grupo de pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública**, 4 de setembro de 2020. Disponível em: <<https://cpop.ufpr.br/a-opiniao-do-brasileiro-sobre-democracia-e-golpe-militar/>>. Acesso em: 26 de jan. 2023.

agravamento de problemas como violência (37,32%) ou corrupção (35, 48%). Também em 2020, após levantamento do Instituto Datafolha², 10% dos entrevistados afirmaram preferir a ditadura à democracia, ao passo que 12% opinaram por “tanto faz” entre os dois regimes de governo. Em comparação, na Argentina, um levantamento realizado em 2016 pelo Instituto Ibarómetro³ apontou que 80% da população possui “sentimentos negativos” em relação à sua própria ditadura militar, que deixou mais de 30 mil mortos e desaparecidos no país entre 1976 e 1983.

A partir disso, evidencia-se o problema de que não há uma verdadeira noção a respeito das hediondas práticas realizadas pelos militares, sobretudo pouco se escuta a respeito da repressão militar diretamente pela voz dos brasileiros oprimidos: por quais torturas passaram; de que maneira foram perseguidos; como tiveram suas vidas destruídas com as repressões. Portanto, este projeto pretende realizar um livro-reportagem que traga os depoimentos de presos políticos do regime, a fim de dar visibilidade à dura realidade por eles vivida e contribuir para a construção da memória acerca do assunto, especialmente em uma conjuntura na qual muitos tentam diminuí-la ou, ainda, dissolvê-la por completo. Intitulada “Meia-volta, volver” – inspirada na homônima ordem militar que indica a marcha em sentido contrário –, a obra se propõe a relatar as sombrias memórias da repressão que assolou o país entre 1964 e 1985.

Considerando-se toda a pesquisa efetuada para a realização do trabalho, sobretudo com o recorte histórico no Paraná, local de maior vivência das fontes, o produto desenvolvido e a presente monografia somam-se à bibliografia sobre a ditadura no estado. Além de se resgatar o referencial teórico sobre o tema para fins de suporte e embasamento, os relatos das memórias, perspectivas e vivências dos entrevistados contribuem para a construção do panorama experienciado na época pelos paranaenses.

²Apoio à democracia atinge 75%. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 de junho de 2020. Opinião Pública. Disponível em <<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2020/06/1988776-apoio-a-democracia-atinge-75.shtml>>. Acesso em: 26 jan. 2023.

³TADDEO, Luciana. Na Argentina, rejeição ao período militar impediria eleição de defensor da ditadura. **Uol**, Buenos Aires, 5 de novembro de 2018. Internacional. Disponível em: <<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/11/05/na-argentina-rejeicao-a-ditadura-impediria-a-eleicao-de-um-bolsonaro-dizem-analistas.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2023.

Originalmente denominado “Meia-volta, volver - As vozes eternas do silenciamento: um livro-reportagem para contar a história da ditadura militar brasileira pelos relatos de seus sobreviventes”, o projeto teve seu título alterado após sua apresentação à banca de avaliação, acatando-se às considerações realizadas para trazer mais objetividade e clareza para os leitores.

2. JUSTIFICATIVA

Em vista dos riscos que a desinformação histórica a respeito de acontecimentos tão graves pode implicar na atualidade, é de relevância social o resgate das memórias sobre uma das épocas mais tenebrosas da trajetória brasileira. Nesse sentido, o livro-reportagem configura uma interessante ferramenta para contar essas histórias, uma vez que tal gênero, ao misturar elementos do jornalismo e da literatura, possibilita um aprofundamento do fato e maior envolvimento do leitor com a narrativa ao serem usadas estratégias literárias na construção do texto. Conforme Lima (1995), o livro-reportagem é um romance que busca uma linguagem aplicada de maneira profunda, com o propósito de intensificar os elementos narrativos e, assim, imergir o leitor naquele conteúdo, de modo que

se cabe ao jornalismo informar e orientar, cabe a seu subsistema, o livro-reportagem, informar e orientar com profundidade, transformando-se este último papel num instrumento complementar e extensor dessa função declarada, individualizadora, do jornalismo. (LIMA, 1995, p. 40)

Um caso que exemplifica bem a importância de tal abordagem é a obra “Hiroshima”, de John Hersey (1946), na qual o repórter estadunidense trouxe conscientização sem precedentes à população mundial, especialmente à norte-americana, a respeito dos horrores experienciados pelos japoneses com a explosão das bombas atômicas no país. Esse livro-reportagem, não por acaso, é tido como uma das maiores contribuições jornalísticas de todos os tempos. Lima ainda traz a noção de que a principal virtude desse gênero híbrido do Jornalismo é a sua capacidade de preencher as lacunas deixadas habitualmente pela cobertura jornalística na sua abordagem do real, sendo assim

é fácil compreender que o livro-reportagem, agora, como no passado, é muitas vezes fruto da inquietude do jornalista que tem algo a dizer, com profundidade, e não encontra espaço para fazê-lo no seu âmbito regular de trabalho, na imprensa cotidiana (LIMA, 1995, p. 33)

No contexto da ditadura brasileira, a necessidade desse preenchimento justifica-se pela escassa produção de materiais que busquem trazer a narração dos anos de chumbo de maneiras inovadoras (em comparação com a quantidade de reportagens feitas sob a lógica do hard news) e que causem impacto perante a opinião pública. Para além das estatísticas que são repetidas quando se trata do assunto, busca-se, com esse projeto, humanizar os números para que o impacto das violações sofridas pelos presos políticos seja mais “palpável”.

Além disso, a construção de um livro-reportagem, na qualidade de um instrumento aperiódico de difusão de informações de caráter jornalístico (BELO, 2006), representa a convergência e potencialização de inúmeras competências que o profissional da área do Jornalismo deve desenvolver e dominar: a reconstrução minuciosa dos fatos, a partir de detalhadas entrevistas e questionamentos; o estudo a respeito do assunto tratado, demonstrando domínio sobre o objeto de escrita; a contextualização histórica, a fim de analisar por que tais fatos aconteceram; o conhecimento acerca dos gêneros jornalísticos no momento de construção da obra, para que não recaia em um texto opinativo ou em uma mera reportagem objetiva, nua e crua.

Ademais, a organização textual na realização de um livro-reportagem representa um desafio para o profissional da área, principalmente nos dias atuais em que o grande volume dos acontecimentos noticiados, e a consequente superficialidade com que são abordados, reduziu a atividade jornalística, em muitas esferas, ao mero periodismo: dar a notícia simplesmente por dá-la, sob uma ótica industrialista. Milman (1998) afirma que discernir entre a metodologia sofisticada da reportagem e a metodologia esquemática do noticiário talvez seja saber fazer a mais relevante das distinções para o chamado jornalismo inteligente e a verdadeira essência da reportagem.

3. OBJETIVOS

3.1 - OBJETIVO GERAL

Realizar um livro-reportagem com o propósito de relatar a história da ditadura Militar brasileira a partir de diferentes experiências vividas pelos presos políticos, entrelaçando as narrativas pessoais de cada um, dadas a partir de depoimentos, com os acontecimentos da sociedade brasileira da época. O que se pretende alcançar é um relato visceral a respeito das torturas e perseguições realizadas, de modo que a obra constitua a materialização de memórias que não são trazidas à tona na frequência com que deveriam, para que jamais sejam esquecidos os acontecimentos daquela época.

3.2 - OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Contextualização geral do período ditatorial: traçar os antecedentes que culminaram no Golpe de 1964, bem como realizar o resgate histórico dos principais episódios da ditadura até o processo de redemocratização, em 1985, buscando preparar o leitor sobre as conjunturas nas quais estavam inseridos os personagens da obra.
- Conhecer a visão e a história dos presos políticos, utilizando-se de entrevistas e coleta de depoimentos para obter detalhes sobre a história de vida dos protagonistas, com foco na experiência vivida nos Anos de Chumbo.
- Obter a compreensão sobre o processo de criação de um livro-reportagem: de que maneira proceder nas entrevistas, orientar a escrita, organizar os dados obtidos e entrelaçar os elementos da escrita jornalística com a literária, para que resulte em um produto de leitura atraente e informativa.

4. METODOLOGIA

Nas linhas seguintes, propõe-se descrever as etapas desenvolvidas para a construção do livro-reportagem, evidenciando os processos envolvidos, desde a idealização até sua conclusão.

A ideia inicial do projeto surgiu após uma atividade proposta, em 2018, durante a disciplina de Redação Jornalística II, na qual os grupos designados deveriam elaborar o conceito de um livro-reportagem e esboçar o rascunho de sua estrutura, com a execução de um capítulo. O autor e outros três colegas optaram por arquitetar uma obra que trouxesse o relato de presos políticos durante a ditadura militar e, enquanto outros dois estudantes ficaram responsáveis pelos aspectos gráficos (diferentes dos atuais) e de revisão, o autor e uma colega desenvolveram, em conjunto, o capítulo “Que bom te ver viva”, de Clair da Flora Martins. Anos depois, optou-se por trazer à vida o projeto em sua integridade, finalizando sua composição com mais duas entrevistas.

Realizaram-se pesquisas sobre o tema para averiguar sua relevância e quais possibilidades narrativas poderiam ser levantadas. A partir dos materiais de apoio referentes tanto ao gênero jornalístico do livro-reportagem, quanto aos que discorrem a respeito da ditadura militar, foi possível um estudo extenso e minucioso. Documentos como reportagens, obras históricas e depoimentos servem de suporte ao repórter no processo “investigativo”, a fim de que seja feita a devida contextualização do período de análise, sem a qual não há base sólida para a elaboração do produto (CHAPARRO, 2006). Com tal resgate, buscou-se a articulação dos fatos antecedentes e precedentes com as histórias particulares, visando ao entendimento do fenômeno, não se limitando apenas a expor a questão, como é feito na notícia.

A partir da pesquisa a respeito do tema, sobretudo nas particularidades pertinentes ao território paranaense, foi estabelecida a seleção dos entrevistados cujos depoimentos e histórias viriam a compor a obra. A escolha das fontes esteve intimamente ligada à abordagem desejada no livro-reportagem em questão: contar as histórias de vida de militantes cujas vidas foram assoladas pelo regime ditatorial. Contudo, há de se notar que é interessante, para a construção dos sentidos e, sobretudo, para o valor-notícia (TRAQUINA, 2005), que cada entrevistado traga uma percepção distinta sobre a ditadura. Em vista disso, foram selecionadas três pessoas com realidades diferentes na data da instauração do golpe militar: Júlio, na época um menino de três anos, que cresceu junto à ditadura e presenciou o descenso do pai militante; Narciso, um adolescente de 14 anos que se viu obrigado a rapidamente articular-se politicamente e Clair, uma mulher recém-formada na faculdade de Direito

que usou de seus conhecimentos para liderar a resistência. Cada personagem trouxe uma visão distinta atrelada à sua vivência ao mesmo tempo em que corroborou a narrativa ampla a respeito dos anos de chumbo.

Os contatos iniciais foram realizados a partir do aplicativo WhatsApp, no qual foi apresentada a concepção geral da proposta e realizado o agendamento das entrevistas. Uma vez estabelecidas as fontes, foi feito um estudo sobre seus perfis, considerando que são figuras militantes conhecidas no estado. Durante a coleta dos depoimentos, é o momento de o jornalista estar atento à observação de gestos, atos, movimentos, ambientes, pois estes são fundamentais para que sejam traduzidos os dados testemunhais obtidos, bem como para orientar a humanização, ou seja, aproximar estes dados e informações do leitor, fazendo o movimento de deslocamento de uma realidade ampla e universal para a esfera pessoal.

Entrevistas com cunho testemunhal colocam o entrevistado, mais do que nunca, como o construtor da matéria-prima da notícia, reconstituindo os eventos a partir de seu ponto de vista particular (LAGE, 2001). Ao jornalista cabe, portanto, efetuar apontamentos e saber conduzir o diálogo tendo em vista seus objetivos iniciais, mas sabendo se adaptar às informações que lhes são apresentadas, pois

o repórter está onde o leitor, ouvinte ou espectador não pode estar. Tem uma delegação ou representação tácita que o autoriza a ser o ouvido e olhos remotos do público, selecionar e lhe transmitir o que possa ser interessante. Essa função é exatamente a definida como a de agente inteligente. Um agente inteligente deve ter autonomia, isto é, operar sem intervenção direta de seu contratante; ter habilidade social, isto é, interagir com outros agentes desenvolvendo, para isso, competência comunicativa; ser reativo, isto é, perceber o meio em que atua e responder em tempo aos padrões de mudança que ocorrem nele; e ser capaz de tomar a iniciativa, comportando-se de modo a cumprir sua tarefa. (LAGE, 2001, p. 9)

Para a condução dos depoimentos, compreendeu-se a necessidade de se constituir uma espécie de “roteiro” sobre pontos considerados como possíveis pilares em comum nas histórias de vida das fontes antes do regime (como era infância, a estrutura familiar, os gostos pessoais, o ambiente escolar, os círculos sociais) assim como referenciais estabelecidos em conjunto com a vivência durante e após a ditadura: envolvimento com a política, vida na clandestinidade, momentos de prisão e tortura, vivência a partir da redemocratização, etc. Da mesma maneira, o entrevistador procurou

tomar cuidado para não ficar amarrado ao roteiro, visando deixar os relatos mais fluídos e naturais possíveis e mantendo-se atento a possíveis brechas para extrair informações e diferentes ângulos da história que não haviam sido cogitados anteriormente. Tal abordagem foi considerada, também, sob a suspeita de que os entrevistados não seguissem, necessariamente, uma ordem cronológica no discurso, ocasionalmente fazendo conexões com acontecimentos futuros ou passados ao que se contava, o que de fato foi constatado durante todos os relatos. Ademais, entende-se que o roteiro jamais pode funcionar como uma camisa de força para o profissional.

Quando o jornalista usa bem o roteiro, ele tem consciência que preparou algumas perguntas, mas sabe também que, se ouvir de verdade, outras perguntas surgirão das próprias respostas do entrevistado. Na verdade, o que precisa acontecer é uma autêntica conversa, um diálogo autêntico. (CAPUTO, 2006, p. 48)

Quanto aos aspectos técnicos, durante as sessões de entrevista fez-se uso de dois gravadores – um no celular e outro de aparelho – para garantir a captação dos relatos em sua integridade, prevenindo-se contra problemas de funcionamento. O autor também utilizou um bloco de notas para fazer anotações pertinentes à obra em si (revisão de um acontecimento específico ou checagem de informações) e ao processo de decupagem para a posterior transcrição, anotando os marcos temporais em que determinado tópico foi abordado.

Finalizadas todas as coletas, foram feitas as devidas transcrições e a organização dos discursos quanto à sua ordem cronológica, destacando as declarações mais pertinentes, de modo a estabelecer o “esqueleto” dos textos para cada personagem. Além disso, foi feita a separação das informações que necessitavam, por diferentes motivos, serem checadas junto às fontes, a fim de ser encontrada a “unidade dos fatos” (PEREIRA, 2006).

Conforme os capítulos ficaram prontos, o autor enviava para a correção do orientador. Com todas as histórias finalizadas, passou-se para a etapa de diagramação do livro, cujos elementos do projeto editorial e gráfico foram sendo estipulados em paralelo, conforme será descrito no capítulo referente ao produto em si.

5. A DITADURA BRASILEIRA

O presente capítulo visa oferecer uma contextualização acerca dos períodos que envolveram o regime militar no Brasil, bem como seu processo de redemocratização, apresentando de maneira cronológica os acontecimentos mais relevantes. Ressalta-se que, neste espaço, não há a pretensão de se aprofundar em complexas análises históricas, políticas ou econômicas para além dos fatos que circunscrevem a questão, delimitando-se, portanto, a apontar os principais acontecimentos da época a fim de fornecer um material de referência para a sequência da leitura e avaliação do trabalho. Ademais, temáticas com enfoque mais específico serão tratadas nos dois capítulos a seguir, a respeito da repressão no Estado Paraná e da relação da imprensa com a ditadura, respectivamente.

5.1 - ANTECEDENTES

Os anos que antecederam o Golpe Militar de 1964 foram definidos por uma ambientação de combate político entre os espectros políticos da direita e da esquerda, relacionando-se com o cenário geopolítico mundial estabelecido a partir da Guerra Fria. Dessa forma, havia uma polarização entre os setores da sociedade: de um lado, a crescente mobilização dos setores populares favoráveis às reformas de base, bandeiras de luta do então presidente João Goulart, a exemplo da reforma agrária e a nacionalização de setores industriais; do outro, as elites econômicas tradicionais, grupos empresariais, e relevante parcela das classes médias que queriam “salvar” o Brasil da subversão e do comunismo, corrupção e populismo (ANSARA, 2008).

Cabe o resgate de que tal instabilidade política já se mostrava presente durante o curto governo de sete meses de Jânio Quadros, em 1961, sobretudo quando condecorou Ernesto Che Guevara, um dos líderes da revolução cubana. Tal movimento não foi bem visto por grande parte da população e segmentos conservadores, resultando em forte pressão ao longo de seu mandato, do qual optou renunciar no mesmo ano em que foi empossado. Com a vacância da presidência da República, João Goulart deveria assumir o cargo. Contudo, estava em viagem à China no momento e enfrentou a expedição de um veto à sua posse, articulado por ministros militares. O

“golpe branco” (NETTO, 2014) alegava que “Jango” defendia preceitos esquerdistas, porém flagrantemente violava a Constituição e não foi aceita por diversos setores sociais, que se mobilizaram com manifestações, greves e até mesmo organizações armadas, como a Brigada Militar, polícia estadual do Rio Grande do Sul, liderada pelo governador Leonel Brizola. A iminência de uma guerra civil deu ensejo a uma negociação entre os participantes envolvidos, e o Congresso estabeleceu a proposta de Emenda Constitucional nº 4, instituindo o parlamentarismo no país a fim de que Jango pudesse assumir, ainda que com poderes limitados.

Percebe-se, assim, a conturbada dinâmica nacional no estabelecimento do poder, não obstante o presidencialismo tenha sido restaurado por um plebiscito 16 meses depois, em 6 de janeiro de 1963, assinalando um claro apoio popular, ao menos dos segmentos ligados à esquerda, a Jango e às normas constitucionais vigentes. Contudo, já era ligado o sinal de alerta para a democracia, uma vez que

Jango assumiria o governo com poderes claramente reduzidos (...), refém de um Congresso Nacional conservador. O “golpe branco”, sendo um frustrado “ensaio geral” do que ocorreria em 1964, já indicava que a conspiração antidemocrática que vinha desde a década anterior avançava nas sombras. (NETTO, 2014, p. 31).

Com o anúncio efetivo, no ano seguinte, das reformas de base como a desapropriação de terras, nacionalização das refinarias de petróleo e da taxação de grandes fortunas, cresce a indignação conservadorista no Brasil, que vinha fazendo uma cruzada anticomunista pelo país. Aliadas aos altos índices de inflação e instabilidade econômica, herdadas do governo Juscelino Kubitschek, tais medidas representaram enorme satisfação especialmente para as Forças Armadas, Igreja Católica, banqueiros e demais organizações da sociedade civil, as quais nutriam, mais do que nunca, o medo da instauração de um regime socialista similar ao praticado em Cuba.

Manifestações como a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, realizada em 19 de março e com quase 200 mil participantes, mobilizaram a população e a narrativa de deposição do presidente, a partir de intervenção militar, ganhava cada vez mais apoio popular, fato muito bem visto pelos oficiais que conspiravam nos bastidores.

Na madrugada de 31 de março de 1964, tropas marcharam rumo ao Rio de Janeiro, onde estava Jango por ocasião de uma reunião no Automóvel Clube, para destituí-lo.

Viaturas, carros e blindados tomaram conta das ruas das principais cidades brasileiras. Houve a ampla destruição, por autoria dos militares, das sedes de partidos políticos, associações e sindicatos favoráveis às reformas de governo. Declara-se vaga a presidência da república pelo Senado Federal para ser empossado, logo em seguida, o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli. Contudo, Mazzilli não passava de um fantoche, sendo comandado por um autoproclamado “Supremo Comando Revolucionário” composto pelos novos autoneameados ministros militares: o general Arthur da Costa e Silva, da Guerra, o vice-almirante Augusto Rademaker Grunewald, da Marinha, e o tenente-brigadeiro Francisco de Assis Correia de Melo, da Aeronáutica. O Brasil, a partir de então, viria a ser governado pelo Exército.

5.2 - O PRIMEIRO GOVERNO

Logo após o golpe, a junta militar estabelecida elege para presidente da República o General Castelo Branco, que governou de 1964 a 1967. Conquanto esse oficial alegasse publicamente a defesa da democracia em combate ao avanço comunista, inicia seu governo com postura extremamente autoritária, estabelecendo eleições indiretas para presidente, dissolvendo partidos políticos, implementando o bipartidarismo – com a infâme presença do Movimento Democrático Brasileiro, MDB, para representar uma oposição manipulada, e a Aliança Renovadora Nacional, Arena, vinculada diretamente às próprias autoridades –, cassando mandatos de vários parlamentares federais e estaduais, suspendendo os direitos políticos e constitucionais dos cidadãos brasileiros e intervindo nos sindicatos.

Tais medidas foram implantadas por meio dos Atos Institucionais de número 1 e 2, que faziam modificações que a Constituição Federal de 1946 não permitia. Foi também imposta uma nova Carta Magna para o país, aprovada em 1967 e que “legalizou” as formas de atuação do regime. Foram criados órgãos de inteligência e controle social, como o Serviço Nacional de Informações (SNI) e suas subdivisões, o Centro de Informações do Exército (Ciex) e o Cenimar, Centro de Informações da

Marinha. Subordinados ao SNI, estavam o Departamento de Ordem Política e Social (DOPS), Departamento de Operações e Informações (DOI), e o Centro de Operação e Defesa Interna (CODI). Tais siglas compunham a máquina repressora do regime e adquiriram notoriedade por terem sido catalisadores das perseguições políticas, prisões e torturas, com a junção DOI-CODI estando à frente da repressão extrajudicial, de modo que

o detido perante o DOI-CODI era submetido a toda a sorte de sevícias. Até que se obtivesse dele uma confissão, feita por escrito. Depois de assinar, o preso ficava numa quarentena para que desaparecesse qualquer vestígio de violência física a que fora submetido. (OLIVEIRA, 2014, p. 143).

Em 1967, o general Arthur da Costa e Silva assume a presidência diante de um cenário de descontentamento de setores da população, que organizavam uma série de protestos encabeçados por políticos, estudantes e trabalhadores em todo o país. Explodiram as greves operárias e multiplicaram-se exponencialmente as manifestações estudantis. Em março de 1968, em uma das manifestações secundaristas no Rio de Janeiro, o estudante Édson Luis foi morto em embate com policiais, culminando em um protesto organizado pela União Nacional dos Estudantes que contou com cerca de 100 mil pessoas nas ruas em passeata contra o regime. Além disso, setores da Igreja se declararam contra a Doutrina de Segurança Nacional, divulgando-a como uma doutrina fascista. Tal posicionamento representou uma mudança no tom da instituição, haja vista ter apoiado o golpe no início da ditadura (ANSARA, 2008).

5.3 - AI-5 E O AUGES DA REPRESSÃO

A partir da escalada constante da tensão política no país, em dezembro de 1968, o governo decretou o Ato Institucional Nº 5, dando início a um dos períodos mais tenebrosos do regime. Fechou-se o Congresso, cassaram-se mandatos de deputados federais e estaduais, possibilitou-se a intervenção em estados e municípios com o dirigente do estado gozando de plenos poderes, possibilitou-se a suspensão dos direitos políticos de qualquer cidadão, entre outras medidas autoritárias. O AI-5 proibia qualquer tipo de mobilização social ou protestos e impunha aos veículos de comunicação uma ferrenha censura, impossibilitando que as informações circulassem de maneira livre.

A partir da intensificação da violência governamental, muitos grupos de esquerda começaram a disseminar princípios ligados à luta armada. Jovens idealistas passaram a organizar uma legítima guerrilha urbana, promovendo assaltos a bancos, pichações em praças públicas e, inclusive, sequestros, cujo objetivo final era negociar a libertação de presos políticos. Esta última prática tem como caso de maior notoriedade a do embaixador do Estados Unidos no Brasil, Charles Burke Elbrick, raptado em 1969 por militantes do Movimento Revolucionário 8 de Outubro e da Aliança Libertadora Nacional. Consoante Almeida (2022), tal sequestro teve como consequência imediata a promulgação dos Atos Institucionais 13 e 14, que determinavam, respectivamente, o banimento do território nacional de indivíduos ‘perigosos à segurança nacional’ e a pena de morte e prisão perpétua.

Em 1969, inicia-se a segunda fase do governo militar (1969-1977), durante a qual o Brasil esteve sob o comando do general Emílio Garrastazu Médici. Tal recorte é considerado como a fase mais dura e repressiva do regime militar, durante o qual a repressão e perseguição política atingiu o ápice da violência de modo que ganhou a alcunha de “anos de chumbo”. Intensificou-se a censura à imprensa, com a proibição de livros, peças de teatro, filmes, músicas e demais mecanismos de expressão artística. Consequentemente, muitos intelectuais, professores, músicos, artistas, escritores e políticos são investigados, presos, torturados ou até mesmo exilados do Brasil. Os centros de tortura disseminam-se vertiginosamente pelo país, institucionalizando-se a violência contra quem ousasse questionar o regime e aumentando os casos de assassinatos e desaparecimentos de pessoas.

A dura repressão contra “rebeldes” encontra respaldo e certa conivência social perante o “milagre econômico”, de 1969 a 1973, período no qual o Brasil viu um acelerado crescimento econômico, atraindo muitos investimentos externos para os projetos ambiciosos na área agropecuária, mineral, industrial e de infra-estrutura. O ideal de integração nacional era fortemente reforçado a partir de publicidades veiculadas, monopolizando o discurso oficial a respeito da época e o envolvendo por uma ótica progressista, tendo em vista que os aspectos de ascensão brasileira

foram amplamente utilizados pelo regime como uma forma de enaltecer o seu projeto desenvolvimentista. Esse discurso ufanista era sustentado também pela forte censura aos meios de comunicação e por uma relação próxima do regime

com a crescente indústria cultural. Isto é, o regime utilizava da mídia e do diálogo com os empresários dos meios de comunicação como um meio para propagar um discurso específico sobre o período. (ZUGE, 2019, p. 105)

Apesar do crescimento e da ampla geração de emprego, as práticas estimuladas pelos militares trouxeram uma dívida externa de mais de 12 bilhões de dólares, extremamente elevada para a época e, sobretudo, os padrões econômicos brasileiros. Em decorrência de tal fato, evidenciou-se uma elevação assustadora na inflação, além do rombo nas contas públicas. Tal panorama é intensificado com a crise mundial do petróleo, em 1973, que impactou a economia mundial. Com isso, o governo militar foi impactado diretamente, visto que já não contava com apoio total da burguesia e vinha sofrendo pressões contra as barbaridades decorrentes do AI-5.

5.4 - DESGASTE DO REGIME E REDEMOCRATIZAÇÃO

Em março de 1974, Ernesto Geisel passa a ocupar o posto de presidente e promete uma atenuação gradativa do regime ditatorial devido à pressão dos movimentos sociais, fortalecidos na luta contra o regime em decorrência de sua organização, e das crescentes denúncias realizadas na esfera internacional contra os atos desumanos praticados no Brasil. Promovia-se, dessa forma, a famigerada “abertura lenta, gradual e segura.” Conquanto essa nova gestão se caracterize pela abertura política, a linha dura da ditadura segue a desencadear movimentos profundamente repressivos, a exemplo da Operação Marumbi em 1975, no Paraná, a qual será mais detalhada no capítulo a seguir. A nível nacional, repercute amplamente o assassinato do jornalista Vladimir Horzig, também em 1975, assassinado em uma cela do DOI-CODI em São Paulo. Apesar de aparecer nos documentos oficiais da época como “suicídio”, tal farsa foi posteriormente provada como uma manipulação por parte dos militares. Essa morte e outros episódios semelhantes de desgaste com a opinião pública levaram Geisel a afastar os militares da linha dura, encarregados de chefiar os órgãos de repressão e ocupantes dos comandos militares. Gradativamente, alguns presos passaram a ser liberados e a censura aos veículos de comunicação foi atenuando-se.

A vitória do MDB frente à Arena nas eleições gerais de 1978, para compor o Congresso, começou a acelerar o processo de redemocratização e trazer a percepção

de que o partido do governo, assim como o próprio regime, vinha perdendo forças. Em 1979, João Batista Figueiredo (1979-1985) foi indicado para substituir Geisel e dar sequência ao projeto de abertura política iniciado, teoricamente, cinco anos antes. Figueiredo aprovou a Lei de Anistia que libertava os condenados por crime político e assegurava o retorno dos exilados, em segurança, ao Brasil. As sentenças implacáveis estipuladas durante os anos mais graves da ditadura foram reduzidas nos tribunais devido à pressão de movimentos sociais, desencadeando a liberação de presos por todo o país. Notou-se relevante articulação populacional para que a anistia fosse ampla, geral e irrestrita, porém a lei aprovada concedeu-a de modo parcial e restrita, uma vez que militantes indiciados por crimes de terrorismo e sequestro não foram anistiados.

O presidente em exercício também aprovou, três anos depois, a eleição direta para governador, bem como a lei que restabeleceu o pluripartidarismo no país. O MDB mudou de nome e passou a ser PMDB (Partido do Movimento Democrático Brasileiro), a Arena tornou-se PDS (Partido da Democratização Social) e são criadas outras siglas, como o Partido dos Trabalhadores (PT), Partido Popular (PP), Partido Democrático Trabalhista (PDT), entre outros. Tais medidas ajudaram a reforçar a ideia de aparente democracia, ainda que a população ainda não tivesse acesso às esferas políticas do regime. Ademais, a linha dura, contrária ao processo de abertura, seguia atuando segundo os moldes mais perversos da repressão, promovendo sequestros de lideranças sociais e realizando o envio de cartas-bomba para as sedes de instituições de viés democrático, como a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Com o inevitável enfraquecimento dos militares e o desgaste do regime como um todo, ao mesmo tempo em que se fortaleciam os sindicatos, entidades de classe e os partidos de oposição, em 1983 inicia-se a campanha pelas eleições diretas para presidente, com uma emenda colocada para votação no Congresso Nacional. Simultaneamente, nas ruas são promovidas as históricas manifestações “Diretas Já”, realizadas em inúmeras cidades espalhadas pelo Brasil e com forte aderência e articulação na capital paranaense, como será detalhado no capítulo que segue. Embora a emenda constitucional tenha sido derrotada na Câmara dos Deputados, o movimento ganhou popularidade e mostra que, para o Brasil, andar para trás ou até mesmo estagnar no aspecto democrático não é mais uma opção.

Em 1985, o Colégio Eleitoral, composto pelas lideranças políticas dominantes, promove Tancredo Neves (PMDB), para a presidência. Apesar de não tomar posse devido ao seu falecimento em abril do referido ano, quem assume o cargo é seu vice, José Sarney, marcando o fim da sucessão de governos militares comandando o Brasil. O processo de redemocratização só se dá por completo três anos mais tarde, com a promulgação da nova Constituição Federal em 1988, considerada avançada no que concerne aos direitos sociais e humanos. Um ano depois, finalmente é concedida ao povo brasileiro a prerrogativa de eleger seu chefe de Estado, após longos quase 30 anos, chegando ao poder Fernando Collor de Melo.

Ao longo dos anos que se seguem, são percebidas tímidas movimentações quanto à reparação histórica das atrocidades cometidas ao longo da ditadura. Em 1995, é publicada a Lei 9.140/95, que discorre sobre o reconhecimento da responsabilidade estatal por mortes e desaparecimentos por motivos políticos, incluindo a indenização financeira aos familiares. Contudo, de acordo com Coimbra (2001), nada foi feito à época para garantir a execução dessa lei. Dez anos adiante, é criada a Comissão Especial sobre Mortos e Desaparecidos Políticos, cuja premissa é trazer pontos de resolução e justiça a tantas denúncias de violência militar compreendidas entre 1964 e 1985. Apesar de seu promissor propósito, a iniciativa constantemente esbarra em questões conflitantes com outros dispositivos legais que versam sobre a privacidade de documentos governamentais, sendo alegada a preservação à segurança nacional.

Apenas em 2014, cinco décadas após o início do regime e quase três após seu término, surge o primeiro levantamento robusto sobre as violações ocorridas no período. A Comissão Nacional da Verdade (CNV), criada em 2011 e composta por sete membros nomeados pela então presidente Dilma Rousseff, obteve o auxílio de assessores, consultores e pesquisadores que contribuíram para a construção minuciosa de um relatório durante dois anos e sete meses, compreendendo 4.328 páginas, em três volumes. Nesse documento, tornaram-se oficiais os números dos agentes responsáveis pela repressão (377), o número de mortos e desaparecidos (434) e outras estatísticas pertinentes. Não limitadas à frieza dos números, as páginas do relatório trazem o fichamento de cada um dos civis assassinados e desaparecidos, abrangendo distintos aspectos para relatar os casos, a saber: biografias; considerações sobre o

caso até a instituição da CNV; circunstâncias de morte; identificação da autoria; local da morte; fontes principais de investigação; conclusões e recomendações.

Desse modo, atesta-se a importância inestimável de tal certificado provido por órgãos oficiais do Governo para ensejar resoluções a respeito desse período tão sombrio da história brasileira. Não deixando de se considerar tais esforços, bem como outros presentes em diversas iniciativas de distintas áreas do conhecimento, entende-se que ainda há muito a ser explorado pela literatura e pesquisa nas esferas regionais, atentando-se para o estudo da ditadura militar a partir dos recortes estaduais e municipais na análise e investigação, conforme será visto a partir do próximo capítulo.

6. A REPRESSÃO NO PARANÁ

6.1 - CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Uma vez contemplados os acontecimentos gerais da ditadura no que concerne o âmbito nacional, procede-se a uma análise sobre o período a partir de seu recorte regional no Paraná, sobretudo na cidade de Curitiba. Tal abordagem é motivada pelo fato de a maior parte das perseguições e torturas vivenciadas pelas fontes do livro “Meia-volta, volver” terem acontecido no estado sulista em sua capital, bem como pela constatação de que o território paranaense muitas vezes é considerado como uma região neutra ao longo da história do regime (SILVA, 2021), sem a existência de grandes violações de direitos humanos realizadas pelos aparatos da repressão. Esse imaginário popular não poderia ser mais destoante da realidade, visto que pelo menos 4 mil civis foram presos no Paraná durante o regime, dos quais mil sofreram tortura, consoante levantamentos da Comissão Estadual da Verdade (CEV) baseados em pesquisas do grupo Tortura Nunca Mais - Paraná. Contudo, os números podem ser ainda maiores.

Entre os motivos que contribuem para essa amnésia social (BRASIL, 1999) no que diz respeito à lembrança dos anos de chumbo no Paraná e em sua capital, pode ser citada a carência de monumentos históricos na paisagem urbana que sirvam de referencial sobre os horrores vividos pela população. Esse panorama, como será visto mais adiante, fez parte de um esforço organizado e articulação orientada das autoridades públicas a fim de tornar invisíveis as marcas deste vergonhoso capítulo em

sua história. A partir da perspectiva psicossocial trazida por Bartlett (1995), segundo a qual a memória representa o resultado de um processo de interação entre os indivíduos e destes com seu meio, evidencia-se a necessidade de referenciais que estimulem a construção da memória coletiva, uma vez que esta depende da restauração contínua do passado que é feita com as informações do presente, ideia corroborada pelo sociólogo francês Maurice Halbwachs:

A lembrança é em larga medida uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente, e além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora manifestou-se já bem alterada. (HALBWACHS, 2004, p. 71)

Desse modo, já se torna possível considerar, mesmo preliminarmente, o quanto nociva foi à história da população paranaense a negligência sobre fatos tão graves ocorridos em suas terras. Conforme será exposto mais à frente dentro deste capítulo, esse cenário implica objeção ao morador para que se situe na qualidade plena de cidadão e sujeito da história, visto que a memória é a base da identidade humana (BITTENCOURT, 2004). Entretanto, inicialmente, pretende-se trazer uma contextualização sobre os principais eventos percebidos na região para dar suporte suficiente a respeito da conjuntura macro referente ao período militar no Paraná e em Curitiba. Após isso, proceder-se-á às observações a respeito da maneira com que a memória histórica, política e social do tema foi trabalhada no estado.

6.2 - FATOS MARCANTES

6.2.1 - Cenário político antes do golpe

O apoio do governo paranaense ao golpe instaurado em 1964 é, até os dias de hoje, motivo de discussões entre historiadores especialistas no assunto. A partir de diferentes análises sobre o posicionamento do então governador Ney Braga quanto à possibilidade da tomada do poder pelos militares, percebem-se diferentes versões quanto às suas intenções políticas. Por exemplo, em entrevista concedida à “Gazeta do Povo” em 2009, Ítalo Conti, Secretário de Segurança no mandato de Braga, compartilha

que o governador fazia movimentos conspiracionistas nos bastidores anos antes de 1964:

O ex-secretário de Segurança afirma que, desde 1962, Ney Braga o havia incumbido de preparar um batalhão da Polícia Militar que pudesse ser usado no momento necessário, já que o alto comando do Exército no Paraná era ligado a Jango. “Havia tenentes e capitães do Exército que estavam do nosso lado. Mas não sabíamos como eles iriam se comportar quando houvesse a deposição de João Goulart”. Quando o golpe “estourou”, porém, Ney Braga, que era coronel do Exército, foi um dos primeiros a apoiar a deposição do então presidente. Já no 1º de abril, ele fez um pronunciamento favorável à deposição de João Goulart e à tomada do poder pelos militares CONTI, Ítalo. “Ney Braga conspirou contra Jango em 1964, diz general da reserva. [Entrevista concedida a] Rhodrigo Deda. Gazeta do Povo, Curitiba, 30 mar. 2009)

Em contrapartida, outra perspectiva é trazida por Heller, Duarte (2000), ao relatarem a ida de Ney Braga, em 19 de março, ao canal 6 da TV Paraná a fim de posicionar as Forças Armadas alinhadas pela defesa da legalidade para, apenas 13 dias depois, declarar publicamente que “o Brasil estava livre e nele vingaria a democracia cristã”. Além disso, o governador também é descrito como um “revolucionário de véspera” (DUTRA, 2004). Seu apoio ao regime ditatorial lhe rendeu distintas nomeações pelas décadas que viriam a seguir, sendo designado ministro da Agricultura durante o governo Castello Branco, ministro da Educação na era Ernesto Geisel (além de indicado por este como governador indireto em 1978), tendo ocupado, também, a presidência da Itaipu Binacional em 1985.

Quanto à postura populacional em relação à articulação dos militares, são constatadas movimentações em ambos os espectros. Anteriormente ao golpe, existiam grupos alinhados ao governo de Jango, como o Centro Popular de Cultura (CPC) e o Partido Comunista Brasileiro (PCB), ainda que na ilegalidade, além do jornal Última Hora, que alimentava ideais alinhados ao getulismo. Da mesma forma, segmentos de perfil conservador faziam-se presentes durante as disputas políticas pré-1º de abril, como a Sociedade Brasileira de Defesa da Tradição, Família e Propriedade (TFP), Liga Anticomunista, entre outras. O caso mais notório de mobilização dos setores conservadores foi a “Marcha a Favor do Ensino Livre”. A manifestação fez parte da mesma leva que as Marchas da Família com Deus Pela Liberdade, porém possuía o enfoque educacional, posicionando-se contra a “contaminação” das ideias comunistas no ensino (CODATO, DE OLIVEIRA, 2004).

6.2.2 - A repressão pelo estado

Assim que os militares e as elites civis assumiram o comando do Brasil, foi realizado um grande empreendimento para expurgar pessoas e grupos que pudessem oferecer algum tipo de resistência ao novo regime. O jornal “Última Hora” foi alvo de uma das primeiras operações da repressão para conter potenciais focos de resistência no estado, a partir da ação do Inquérito Policial Militar (IPM) para averiguar as atividades do veículo. Ademais, o CPC também foi imediatamente fechado por ser rotulado como uma organização de atividades subversivas (OLIVEIRA, 2014).

Tão logo foi implementado o primeiro Ato Institucional, ocorreram exonerações no exército paranaense e cassações de vários vereadores, deputados e prefeitos considerados perigosos para a nova ordem vigente. Por todo o estado, foram realizadas inúmeras operações que culminaram no encarceramento de centenas de civis, cuja maioria era composta por dirigentes sindicais e militantes. Na esfera estudantil, a União Paranaense dos Estudantes (UPE) teve sua sede invadida por agentes da DOPS, que portavam um mandato de busca e apreensão. A resposta das organizações de resistência a essa pressão inicial consistiu na tentativa de reorganização dos movimentos de massa. Em Curitiba, por exemplo, houve a greve dos bancários e a polícia rotineiramente enfrentava a insurreição dos movimentos estudantis. Da mesma forma, movimentos análogos foram percebidos no interior, com destaque para as mobilizações ocorridas em Maringá, Londrina e Apucarana.

Dois episódios emblemáticos ilustram a magnitude do enfrentamento oferecido pelos estudantes, ambos situados em 1968, ano conhecido mundialmente pelos protestos ferrenhos no contexto do auge da ação estudantil (SILVA, 2021). Nos dias 12 e 14 de maio transcorreram as ocupações dos campi Centro Politécnico e Reitoria, respectivamente, por estudantes da Universidade Federal do Paraná (UFPR), que buscavam demonstrar seu repúdio frente à implementação do ensino pago na instituição, sistema defendido pelo então ministro Flávio Suplicy de Lacerda. Após enfrentamento com a polícia, em maior grau no Centro Politécnico e menor intensidade na Reitoria, os militantes obtiveram êxito em suas demandas, uma vez que a instauração de mensalidades foi cancelada.

Ainda em sua fase considerada mais “branda” – anterior ao AI-5 –, a ditadura já havia acumulado números expressivos de detenções pelo Paraná entre 1964 e 1969, totalizando 2.725 prisões de suspeitos de fazerem oposição ao governo, conforme levantamento do Comitê Londrinense pela Anistia e Direitos Humanos (HELLER, 1988). O número alto de detenções reflete o cenário no qual as manifestações, reuniões e mobilizações de resistência, ainda que imediatamente reprimidas com a força do Estado, eram mais facilmente articuladas quando comparadas com o período após a instauração do Ato Institucional Nº 5 em dezembro de 1968.

Assim como a nível nacional, a quinta norma da coletânea foi um ponto de inflexão no que se refere à repressão e à possibilidade de resistência. Para efeitos de comparação, nos 16 anos restantes de regime, seriam realizadas outras 1.074 detenções, menos da metade do número averiguado ao longo dos 5 primeiros anos. Essa redução dos números absolutos versa sobre a redução drástica, a partir de então, na quantidade de mobilizações públicas organizadas por grandes contingentes de militantes, acarretando em menos retenções em massa por parte da polícia. A severidade das violações impostas àqueles que eram capturados, contudo, tornou-se mais intensa e repugnante..

6.2.3 - Auge e descenso

Após o AI-5, as grandes mobilizações foram silenciadas e os militantes passaram a se organizar a partir de estratégias mais elaboradas, a exemplo de comícios-relâmpago realizados em locais improvisados. O impacto do novo código de repressão foi imediatamente sentido, a exemplo da deflagração da operação na Chácara do Alemão, no bairro Boqueirão em Curitiba, apenas quatro dias depois da promulgação da norma. A prisão em massa de estudantes que utilizavam o local para mobilização resultou em 42 detidos, dos quais 27 foram liberados e 15 condenados à prisão, sem qualquer prestação de esclarecimentos sobre os critérios utilizados em tal julgamento.

Nesse novo panorama, o DOI-CODI assumiu o papel central na repressão extrajudicial e o recrudescimento do regime atingiu todo o Paraná. Lideranças políticas e sindicais são presas, sequestradas e torturadas constantemente sob uma lógica de

atuação que visava dismantelar as organizações de esquerda e enfraquecê-las a todo custo. Além do respaldo dado pelo AI-5, a essa altura já havia um acúmulo de informações sobre os militantes devido aos seus fichamentos e das informações coletadas a partir de centenas de interrogatórios efetuados pela repressão. Desse modo, promover a luta articulada nunca esteve tão difícil, devido ao fato de que

a repressão sabia dos movimentos de vários indivíduos contrários ao regime, uma vez que contava com um aparato de vigilância muito bem montado, resultante da integração de várias forças civis e militares (SILVA, 2021, p. 56).

Em vista disso, parte da resistência também foi mudando suas características de atuação, com um grande êxodo para os municípios interioranos, considerando-se que a área rural representaria menor risco de captura do que a movimentada e monitorada capital. Contudo, a organização das forças repressoras encontrava-se tão afiada que ser preso era apenas uma questão de tempo. Não à toa, o maior número de encarceramentos de opositores durante esse período ocorreu em Apucarana, onde um grande número de militantes passou a se organizar, criando-se, inclusive, a alcunha dos “garotos de Apucarana”. As operações infligidas no interior paranaense não ocorreram em detrimento da capital, entretanto. Pelo contrário, nesse contexto, passaram-se a se tornar notáveis alguns locais de Curitiba como os maiores centros de tortura do Paraná.

A Delegacia de Ordem Política e Social foi um dos órgãos de suporte mais eficazes do regime de exceção, tendo investigado aproximadamente 44 mil paranaense entre 1964 e 1985, sendo que sua sede, situada no centro da cidade, foi um dos espaços mais notórios quanto à violação de direitos humanos. Durante os procedimentos de averiguação dos suspeitos de conspiração, estes eram levados inicialmente ao referido local e submetidos a diversas sessões de tormento, para posteriormente serem encaminhados para os quartéis espalhados pelo estado, uma vez concluídos os interrogatórios. Também chama a atenção o Quartel do 15º Batalhão do Exército, na Praça Rui Barbosa, que além de promover torturas físicas e psicológicas, era o primeiro destino dos capturados que chegavam à capital, antes de serem realocados para a Clínica Marumbi, sobre a qual se falará adiante. Passando-se para a etapa final na linha de produção da tortura, o presídio do Ahú representava o destino posterior aos presos que passavam pelos martírios preliminares. Conquanto existam

depoimentos acerca de violações ocorridas em suas dependências, tais relatos aconteciam em menor quantidade e frequência em comparação com os locais previamente citados.

Com a posse de Ernesto Geisel em 1974 e a sua promessa de uma abertura “lenta, gradual e segura”, o Brasil passou a viver a expectativa de respirar novos ares e, em breve, se ver longe das garras autoritárias que haviam usurpado o poder dez anos antes. Em dissonância com esse preceito, entre setembro e outubro em 1975 aconteceu o maior procedimento de repressão visto no Paraná: a Operação Marumbi. As atividades da polícia tinham como missão principal prender pessoas acusadas de rearticular o PCB no Paraná, movimentação incentivada entre a militância a partir da vitória do MDB em vários Estados nas eleições de 1974.

A operação atingiu todo o Paraná e se fez presente em pelo menos 12 cidades: Curitiba, Apucarana, Ponta Grossa, Paranaguá, Londrina, Mandaguari, Maringá, Rolândia, Paranavaí, Cianorte, Guarapuava e Arapongas. Durante sua deflagração, mais de 100 pessoas foram presas (das quais 65 oficialmente indiciadas) por mando e execução da DOPS e do DOI-CODI, com o amparo da Polícia Militar, e inúmeros casos de tortura foram relatados. Com o objetivo de neutralizar a ação do PCB no estado, a repressão agiu de maneira desenfreada, inclusive efetuando algumas dessas prisões “por engano”, sem fundamento, com os oficiais consumidos pelo impulso e desejo de querer “mostrar serviço”, em um trabalho definido pela falta de organização em seus objetivos e pela pura maldade (ARRUDA, 1983), perspectiva também corroborada por Brunelo (2009):

Muitos sofreram torturas, físicas ou psicológicas, e viram colegas de cárcere sendo torturados. Nos depoimentos judiciais analisados, verificamos que a polícia tinha o propósito de envolver o MDB num esquema que o prejudicasse politicamente. Mais do que encarcerar os políticos do PCB que não representavam uma ameaça iminente à sociedade, já que apenas realizaram reuniões clandestinas para discutir questões pertinentes à re-estruturação do PCB no Estado (BRUNELO, 2009, p. 232).

As detenções eram realizadas a partir de sequestros e vendas nos olhos, de modo que a definição da localização da Clínica Marumbi, centro dos tormentos, carece de precisão exata até os dias atuais na capital paranaense, como será visto com mais detalhes no subcapítulo a seguir. Esse recinto ficou marcado pelas práticas mais vis e

tenebrosas de tortura, como o massacre de mulheres e crianças, espancamentos de militantes diante de seus familiares, sessões de choque, afogamentos em excrementos humanos, além das constantes ameaças de morte e outras práticas traumáticas. Após passarem pela “triagem” no local, as vítimas sequestradas eram normalmente encaminhadas ao presídio do Ahú para o cumprimento de pena de reclusão. A Operação Marumbi foi o último grande procedimento de repressão no Paraná, já inserida em um contexto em que, ao longo do Brasil, intensificava-se o desgaste da linha dura do regime perante a opinião pública e internacional e o regime perdia suas forças.

Em 1977, a partir da queda do General Silvío Frota, comandante da linha dura no Paraná, as violações passaram a ter menor grau de intensidade. Sabe-se que algumas prisões e sequestros ainda ocorreriam, mas não contavam mais com o mesmo peso e a envergadura do que foi visto nos anos anteriores. Além da já citada deterioração da reputação do regime frente à sociedade – por suas perversidades, situação econômica desfavorável e insatisfação popular – começavam a ser observadas mais ações de resistência, que outrora eram rapidamente reprimidas com toda a força do aparelho estatal. Desse modo, concluíam-se que “o aparato repressivo não podia mais agir à vontade, pois suas ações eram prontamente respondidas com denúncias da sociedade civil e os jornais começavam a divulgá-las. (OLIVEIRA, 2014, p. 146).”

Como reação ao ressurgimento dos movimentos e manifestações de oposição, intensificaram-se as ações clandestinas de terrorismo promovidas por militares adeptos à linha dura, como o envio de telefonemas e cartas ao civis, incêndios promovidos em bancas de jornal. Muitas prisões eram realizadas, mas a resposta mobilizada da população não permitia que os detidos fossem mantidos sob custódia por mais do que algumas horas. O fim do regime ou, pelo menos, de sua fase mais sombria parecia questão de tempo.

Ao longo dos anos seguintes, o povo passou a voltar às ruas em busca de suas demandas, dentre as quais constava a abertura democrática. As manifestações tomavam proporções cada vez mais fervorosas e inflamadas, e é na capital paranaense em que é realizado o primeiro grande comício das “Diretas Já”, na Boca Maldita no

centro da cidade. Estima-se que cerca de 50 mil pessoas tenham marcado presença no evento, que desencadeou a realização de outras homólogas por grandes centros como São Paulo, Rio de Janeiro, e o Brasil como um todo, sendo preponderantes para o novo e final capítulo da ditadura que culminou na redemocratização em 1985.

6.3 - OS PREJUÍZOS DA DESTRUIÇÃO DA MEMÓRIA

Uma vez concluída a breve análise sobre algumas das particularidades do regime de exceção no Paraná, torna-se pertinente a avaliação sobre a maneira que a memória desse obscuro período foi tratada ao longo dos anos que se passaram até a atualidade. Tal exercício é orientado a partir da teoria da identidade social de Henri Tajfel (1984), segundo a qual a realidade social é definida pela realidade psicológica, isto é, os cidadãos são produtos da história, da cultura e da sociedade, sendo que suas convicções, valores, visões, significados e práticas conscientes se dão por meio das relações sociais que o indivíduo articula com o mundo exterior, tanto em lugares físicos quanto da imaginação, relacionados à memória. Com isso, busca-se entender de que modo a abordagem tomada pelos órgãos públicos na manutenção (ou destruição) dessas lembranças se relaciona com a percepção que se tem a respeito do tema hoje em dia e os discursos que desencadeia, tendo em vista que, consoante Lira e Castillo (1993), a memória social se define como o significado atribuído aos eventos traumáticos do passado e seus efeitos nas relações sociais.

Como visto, o Paraná foi palco de ação dos mais variados movimentos e organizações, tanto de repressão quanto de resistência, desde os primórdios até o fim do regime. Apesar de incontáveis episódios repulsivos de perseguições, prisões e torturas terem feito parte do cotidiano das terras paranaenses na época, as marcas desse tenebroso passado não se evidenciam na paisagem das cidades, sobretudo em Curitiba, onde a ditadura concentrou suas ações.

A partir do estudo e inspeção dos locais relacionados à tortura na capital, é possível inferir que foram completamente alterados de sua acepção original, produzindo um apagamento das cicatrizes do regime pela cidade, com exceção de uma localidade, a ser mencionada mais à frente. Por exemplo, a sede da DOPS, um dos maiores focos

da ação repressora em Curitiba, localizada na Rua João Negrão, nº 773, foi totalmente descaracterizada e hoje suas dependências compreendem um martelinho de ouro e um restaurante. A região da Clínica Marumbi, que se acredita localizar entre as ruas Dr. Pedrosa e Brigadeiro Franco, não possui qualquer indicação de que lá havia instalações militares; atualmente, foram construídos em seu lugar uma loja de colchões e um hotel.

O Presídio do Ahú, destino daqueles torturados nas dependências dos locais citados anteriormente, também segue a mesma lógica de invisibilidade das manchas criadas pelos militares entre 1965 e 1985. Com o crescimento do bairro na década de 80, passou a existir mobilização de uma parcela dos moradores para que o presídio fosse desativado para fins de segurança na região, fato que aconteceu em julho de 2006 com a remoção de mais de 900 detentos do local para o Centro de Detenção e Ressocialização de Piraquara. Dez anos mais tarde, a dissipação se deu por completo com a demolição do prédio. Da mesma forma, o quartel do 15º Batalhão do Exército na Praça Rui Barbosa, que era a central curitibana da repressão política (SILVA, 2021), hoje comporta a Rua da Cidadania Matriz. Suas instalações foram cedidas ao município curitibano no fim de 1975 em troca de um terreno no bairro Pinheirinho (CALCIOLARI, 2004) e, anos depois, transformado no atual terminal rodoviário.

De fato, existe um monumento no local para celebrar a resistência dos civis que batalharam contra a ditadura, sendo assim uma exceção em Curitiba no que concerne à aniquilação dos rastros da ditadura. Porém, uma breve inspeção no local torna possível averiguar que existe certa negligência em seu estado de conservação, pois a placa que detalha os motivos de sua inauguração encontra-se completamente coberta por grama e sujeira. Além do mais, sua opção estética por uma forma abstrata não conduz a uma associação imediata para seu verdadeiro significado para aqueles que ali transitam diariamente.

A manifesta falta de preocupação em manter vivas as lembranças da ditadura apontam para um projeto governamental estabelecido ao longo de toda a redemocratização no sentido de negar o passado em vez de discutir os graves erros nele presentes. A partir dessa constatação, compreende-se que a história do povo paranaense – assim como de outros estados – e sua relação com a ditadura militar

carece de resolução plena, motivo pelo qual ainda é possível perceber discursos que mencionam o referido período com ares positivos, tese reforçada por Silva (2021):

o modo com que o Estado brasileiro conduziu o processo de abertura democrática, comandada pelos militares, contribuiu para uma política de esquecimento, sobretudo no apagamento das marcas da repressão, tentando mais uma vez optar pelo verniz da modernização conservadora. Essa falta de acerto de contas com o passado traumático é algo inerente à história brasileira. Talvez por este fato ainda seja possível encontrar narrativas negacionistas no presente (SILVA, 2021, p. 80).

Para além dos problemas intrínsecos ao desrespeito à recordação daqueles que perderam suas vidas ou as tiveram impactadas para sempre pelo sofrimento vivido nas mãos do autoritarismo, outra consequência negativa advinda da falha em se preservar acontecimentos do passado diz respeito aos graves impactos que a manipulação da memória pode gerar, visto que ela está sujeita a esse processo porque “la memoria no es la recuperación de información almacenada sino la creación de una afirmación sobre estados de cosas pasadas, por medio de un marco compartido de comprensión cultural (RADLEY, 1992, p. 63).”

Desse modo, entende-se que as pessoas não são passivas e estão constantemente negociando significados sobre acontecimentos já transcorridos, passando por constantes etapas de ressignificação tendo em vista que se trata de um processo dinâmico e relacionado com cenários sociocomunicativos entre segmentos da população (ANSARA, 2008). Dito de outro modo, as disputas ideológicas sobre narrativas do passado possuem o potencial de criar consciências plenas a respeito de acontecimentos já transcorridos.

Considerando-se a perspectiva trazida por Connerton (1999), conforme a qual as experiências do presente dependem em larga escala do conhecimento que se possui acerca do passado, atesta-se o perigo de discursos atuais que não apenas neguem a existência do golpe e a consequente repressão por ele desencadeada, mas que relativizem as transgressões ocorridas em nome da manutenção da ordem social vigente e contenção da “ameaça comunista”. Um claro exemplo disso foi a invasão do Congresso, Supremo Tribunal Federal e Palácio do Planalto por grupos golpistas e terroristas no dia 11 de janeiro de 2023. Apoiadores do ex-presidente Jair Bolsonaro furaram o bloqueio policial e depredaram o patrimônio público ao mesmo tempo em que

pediam a prisão do presidente eleito Luiz Inácio Lula da Silva, a volta de Bolsonaro ao poder e intervenção militar.

Não é difícil associar tal ato aos inúmeros discursos públicos em que Bolsonaro, ao longo de sua carreira política, relativizou, justificou ou até mesmo negou completamente as perversidades ocorridas durante o regime militar. Esse episódio exemplifica perfeitamente a tese trazida por Ansara (2008), quando coloca a memória política percebida no presente a respeito do passado como possível catalisadora de eventos com grande potencial de impacto nas estruturas sociais, sem juízo de valor, concluindo que a memória política é capaz de motivar, alterar, rever comportamentos políticos na sociedade, ou seja, ela está comprometida com a transformação social (ANSARA, 2008, p. 309).

Portanto, além dos prejuízos trazidos a partir da negação, relativização ou manipulação sobre fatos históricos para o cidadão enquanto reconhecedor de seu lugar como sujeito da história, destaca-se que também podem ser suscitados movimentos retrógrados e afrontosos ao regime democrático de direito. Atestam-se, dessa maneira, os danos que o apagamento de localidades marcantes da repressão no Paraná trazem para a história de seu povo, pois, segundo Lira (1998), sem o reconhecimento social, os traumas se estabelecem apenas como sofrimento privado e não podem ser confrontados propriamente. Nesse sentido, a fim de as feridas invisibilizadas pelo esquecimento serem curadas, é necessário o devido reconhecimento político, social, histórico e público de tais mazelas.

7. IMPRENSA E MEMÓRIA DO REGIME

7.1 - SUBJUGAÇÃO DO QUARTO PODER E SUAS PROBLEMÁTICAS

Em regimes democráticos, o exercício da atividade jornalística é de vital importância para a manutenção da lógica de funcionamento governamental, sobretudo no que diz respeito à fiscalização dos sistemas de pesos e contra pesos inerentes às dinâmicas existentes entre o Poder Legislativo, Judiciário e Executivo, funcionando como ferramenta capaz de fornecer transparência e “prestação de contas” à população. Nesse sentido, a atuação da imprensa torna-se tão inestimável para a saúde da

democracia a ponto de ao jornalismo recair, comumente, a alcunha de “quarto poder” (SODRÉ, 1999).

Todavia, a partir do momento em que se insere o autoritarismo institucionalizado em tal ecossistema, o equilíbrio existente entre esses quatro setores se desfaz (ou, no mínimo, sofre consideráveis atritos) e, inevitavelmente, percebem-se impactos consideráveis na liberdade de imprensa. Não foi diferente durante a ditadura militar brasileira, cuja relação com veículos de comunicação entre 1964 e 1985 tornou-se um capítulo à parte e que suscita inúmeras análises. Tais investigações não se motivam apenas a fim de examinar as particularidades referentes ao fazer jornalístico em si – de que modo a censura agiu, quais as estratégias de resistência implementadas, a escolha entre confronto ou anuência ao regime, etc –, mas também para entender de que forma a imprensa ajudou a estabelecer a percepção da população sobre o que estava acontecendo, consequentemente contribuindo para a criação da memória coletiva.

Dessa maneira, a fim de complementar a avaliação tecnicista sobre a atuação dos jornalistas e de seus veículos, recorre-se à inspeção sobre o jornalismo e a produção de memória que foi feita da ditadura durante seu vigor, compreendendo-se a esfera da atividade jornalística como construtora da realidade social e produtora de sentidos, indo além de sua mera reprodução (ABREU, 2000). Não se pode subestimar o impacto que a organização dos fatos que cercam as pessoas exercem sobre a psique humana na busca da compreensão de seu mundo exterior. Conforme a obra de Ansara (2008), a linguagem e o discurso tem um papel fundamental no que se refere à organização da memória, uma vez que possibilita construir o passado e o presente de maneira comunicativa, ao mesmo tempo em que são compartilhados significados porque

ao fazermos memória, construímos fatos, confrontamos dialeticamente versões, criamos novas sequências de acontecimentos e até chegamos a acordos sobre uma versão. Ao incorporar o diálogo, a narração, o debate e a negociação, abandonamos a concepção de memória como capacidade de que possuem os indivíduos para representarem dados ou resíduos ou como simples conservação dos acontecimentos do passado e passamos a considerá-la como ação social (ANSARA, 2008, p. 81).

Dessa maneira, é possível entender que o exercício jornalístico durante esse período tem a capacidade de desencadear uma dimensão social e histórica sobre os fatos, resultando na articulação de indivíduos e grupos no exercício da cidadania. Na posição de produtores de discursos, os jornalistas praticam em seu cotidiano o exercício da lembrança e do esquecimento, à medida que priorizam certas informações ao invés de outras.

Com essa compreensão em mente, é possível tecer ideias a respeito da gravidade e extensão dos danos sociais provenientes do cerceamento dos aparelhos comunicacionais em uma sociedade sob as garras do autoritarismo. Essa visão também é trabalhada na obra de Abreu (2000), na qual o autor explicita a gritante incompatibilidade que permeia a questão em regimes distintos:

Numa sociedade democrática, em que os vários segmentos tenham acesso a meios de informação que expressem suas visões de mundo, a oferta de realidade tende a representar uma opção livre de consumo de notícias e, portanto, de ideologias. Numa sociedade autoritária, em que a circulação de ideias é restrita, a realidade apresentada tem mais chances de ser absorvida, compondo um quadro hegemônico que anula o contraste, um dos ingredientes básicos do discurso jornalístico (ABREU, 2000, p. 257)

Para além das problemáticas que, inicialmente, recaem sobre o momento presente da época, recontar a história com fidedignidade no futuro implicará disputas ideológicas a respeito dos fatos transcorridos, afetando, portanto, a memória histórica que se tem do evento e a própria identidade social, conforme atestado no capítulo anterior.

Não obstante, antes de se adentrar nas contribuições da imprensa no estabelecimento do real sobre o regime, faz-se necessário, para fins de contextualização, o detalhamento a respeito das estratégias de censura e resistência utilizadas pelo Estado e imprensa ao longo do período, além da averiguação sobre o panorama estabelecido a partir das ações tomadas pelos veículos, fazendo-se uso da classificação demarcatória oferecida por Kucinski (2018), categórica ao traçar as diferenças entre a chamada imprensa convencional e alternativa (ou “grande” e “nanica”, respectivamente), consoante será visto a seguir.

7.2 - A GRANDE IMPRENSA: ADESÃO E SUBSERVIÊNCIA

Da mesma maneira que o regime de exceção passou, como já averiguado previamente, por períodos distintos referentes às diretrizes de atuação, percepção diante da opinião pública, estratégias de repressão, etc; tais particularidades também recaíram sobre a dinâmica que foi estabelecida junto à imprensa durante 1964 e 1985. De acordo com a teorização estabelecida por Márcio Castilho (2008), esse processo pode ser evidenciado a partir de três recortes diferentes:

De 1968 a 1972, período de estruturação da censura, cuja atuação se restringia a telefonemas e bilhetes enviados às redações, atingindo indistintamente todos os periódicos;

De 1972 a 1975, fase de institucionalização da censura prévia aos órgãos de divulgação que ofereciam resistência, tendo como base o decreto-lei 1077, de 26 de janeiro de 1970. A lei proibia a divulgação de qualquer material que se enquadrasse como um “plano subversivo” que colocasse em risco a segurança nacional;

De 1975 a 1978, quando se observa um caráter mais seletivo por parte da censura, incidindo, sobretudo, sobre os veículos da chamada imprensa alternativa (Movimento e São Paulo) ou com tiragens menores, sem grande representatividade nacional (Tribuna da Imprensa). O governo revoga o AI-5, símbolo da repressão, em dezembro de 1975. (CASTILHO, 2008, p.1)

De imediato, nota-se que nessa esquematização não são contemplados os primeiros quatro anos de regime, pois a “atuação da censura, em sua forma mais opressora, ocorreu apenas após 1968” (MORAES, 2014 p. 2). Essa compreensão, evidentemente, contempla apenas os veículos que não estavam alinhados ao espectro das esquerdas, tendo em vista que, imediatamente após a instauração do golpe, houve o sufocamento dos jornais com viés comunistas e socialista. O diário “Última Hora”, idealizado por Samuel Wainer, apoiava o governo de João Goulart e as suas políticas públicas e sentiu prontamente as forças da repressão, sobretudo após defender o governo de Jango em 1º de abril de 1964, sendo um dos únicos a fazê-lo (GASPARI, 2004). O veículo teve suas sedes do Rio de Janeiro e do Recife invadidas e depredadas – levando Wainer a se exilar no Chile – e sua situação financeira foi profundamente afetada pela pressão dos militares frente aos anunciantes, que evitavam patrociná-lo com receio de represálias.

No que diz respeito ao restante da imprensa, portanto, apesar de já serem percebidas certas restrições na criação e divulgação de conteúdos informativos e culturais, as intervenções implementadas pelas autoridades ocorriam em casos

dispersos. Nesse primeiro momento, fazia-se uso de bilhetes ou telefonemas para contatar os proprietários dos jornais e demonstrar insatisfação frente a determinadas matérias pontuais. É apenas a partir de 13 de dezembro de 1968, com a implementação do AI-5, que a censura passa a impactar fortemente os jornalistas e donos de veículos, conforme relata Rossi (2008):

Até 1968 ainda dava [para divulgar certas informações]. É claro, com cuidado, com meias palavras, com entrelinhas – coisas que eu detesto fazer, mas era inevitável, indispensável. Até 1968 dá. Aí é que, em 1968, isso muda completamente. Eu me lembro bem que, na noite do AI-5, nós fechamos o jornal com a notícia do novo Ato Institucional e fomos reunir os repórteres e amigos, fomos para um boteco, (...) num ambiente de “o mundo acabou, não tem futuro, não tem horizonte, o que vai fazer, o que não vai fazer.” Enfim, todas as vias de futuro tinham sido fechadas (ROSSI, 2008, p.7).

Entre 1964 e 1968, não há a existência da censura prévia sistematizada, mas apenas a chamada “censura de pressão”. Considerando-se tal fato e o projeto político adotado pela grande imprensa (jornais já estabelecidos no cenário brasileiro), na bibliografia consultada foram percebidas diferentes críticas sobre a atuação desse grupo de veículos. Estudiosos sobre o período avaliam que a anuência demonstrada frente às transgressões percebidas antes do AI-5 escancaram o viés político-editorial dos grandes jornais, que se alinhavam ao restabelecimento da ordem, da hierarquia e à eliminação da ameaça comunista, cujo fantasma foi amplamente divulgado pelos canais comunicativos durante o período que antecedeu a queda de João Goulart (ABREU, 2008). Esse entendimento é veementemente defendido por Kucinski (2018), que oferece um pertinente recorte de classe em sua análise:

A imprensa não só evitava a temática das torturas mas também ignorava os processos políticos nas auditorias militares, para não retratar o preso político como vítima (...), a grande imprensa preferia agora a omissão. O pretexto é a censura esporádica através de bilhetinhos e ordens telefônicas – pois ainda não havia sido instalada a censura prévia regular. O motivo real era uma identificação de classe. Era como se a habitual tolerância das elites diante da tortura de suspeitos de crimes comuns, pela polícia, tivesse se estendido à tortura de presos políticos, desde que terroristas (KUCINSKI, 2018, p. 74).

Conforme ainda explica o autor, após o golpe de 1964, parte da grande imprensa regrediu a “funções mercantis estritas”, uma vez que sofreu uma grande inflexão no seu papel social ao se limitar a reproduzir a versão oficial trazida pelos militares. Conheciam-se relatos de pessoas torturadas acusadas de crimes políticos,

mas, na maioria das vezes, as denúncias não eram publicadas, em função do acordo político entre o Estado e a maior parte dos grandes jornais.

Nesse cenário, eram oferecidas facilidades às empresas jornalísticas que cooperassem com a manutenção da ordem social vigente. Quanto maior sua colaboração, maior a centimetragem de anúncios, além dos favores concedidos à empresa, como empréstimos financeiros, alíquotas reduzidas para importação de maquinaria, cessão de terrenos para construção de sedes ou até mesmo concessões de canais de radiodifusão (ABREU, 2000, p. 39).

Abreu sustenta o pensamento trazido por Kucinski sobre a convivência dos grandes jornais, ainda antes do AI-5, quando analisa a condução do imaginário popular, por veículos como “O Globo”, a respeito da resistência contra o regime. O uso de substantivos, verbos e adjetivos impregnados de significado, quase sempre negativo (como “terroristas”, “terror”, “bando” e “bandido”) para fazer a cobertura da luta armada contribuiu para a formação de uma referência sobre este momento político, oferecendo aos leitores uma realidade absoluta. Assim, evidencia-se que alguns projetos editoriais não precisaram ser submetidos à fase mais severa de censura, percebida a partir de 1968, para demonstrarem alinhamento com o pensamento governamental.

Essa escolha pelos termos a serem implementados deixou de ser uma prerrogativa, entretanto, a partir da instauração do AI-5 em dezembro de 1968. A partir de então, as notícias veiculadas que comprometessem a versão oficial fornecida pela ditadura eram vistas como peça de propaganda contra o regime. No período entre 1969 e 1978, os jornais, revistas semanais, rádios e estações de televisão rotineiramente recebiam ordens e recomendações, por meio de telefonemas, proibindo ou desaconselhando a divulgação de fatos considerados desagradáveis aos olhos do regime militar. Num momento inicial, esta tarefa era incumbida aos oficiais do Exército, mas depois foi transferida para os agentes da Polícia Federal, cujos inspetores passavam as recomendações para a redação diariamente.

Para os jornais que estiveram sob censura durante o período militar, era imprescindível indicar esse impedimento ao seu público. Dessa maneira, restava aos jornalistas a busca por caminhos alternativos para fazer chegar ao leitor o que estava acontecendo no país, rompendo até mesmo estruturas clássicas da notícia com base

na pirâmide invertida (consagrada técnica segundo a qual os aspectos mais importantes do texto devem aparecer em seu início e os menos relevantes gradativamente abaixo), inserindo-se o fato que iria contextualizar todo o texto apenas no último parágrafo. Essa estratégia de atuação editorial era feita minuciosamente para não chamar a atenção das autoridades, ao mesmo tempo em que isentava os donos dos jornais que “mesmo beneficiando-se das verbas publicitárias e benesses do regime, gostavam de posar como defensores da liberdade de expressão perante a opinião pública” (ABREU, 2000, p. 40).

A maneira encontrada pelos setores da imprensa para oferecer embate à guerra de informação imposta pelos militares foi instaurar um novo código de convivência com o leitor. Se havia uma informação censurada, inicialmente os editores deixavam vazio o espaço em que a referida informação deveria estar, fazendo sinal inequívoco de que a censura havia atingido o veículo. Inevitavelmente, essa prática logo foi proibida e os profissionais eram obrigados a preencher todas as páginas da publicação, completando todos os “vazios”. Diante disso, os jornalistas passaram a substituir essas lacunas por poesias épicas ou receitas de cozinhas impossíveis de serem replicadas, como fizeram “O Estado de S. Paulo” e o “Jornal da Tarde”, respectivamente.

Ambos os veículos conviveram com a censura prévia até 1975 e foram considerados inovadores na reação à censura das redações ao buscarem causar estranhamento aos seus leitores, que, já habituados ao *modus operandi* de seus diários favoritos, sabiam atribuir sentidos a esses textos a partir da prática de repetição dessas publicações. Pela primeira vez na história, o público dos periódicos tomava conhecimento de que o acesso à informação lhes estava sendo limitado e o gesto de ler, por conseguinte, adquiriu um sentido histórico muito particular nesse momento (ABREU, 2000, p. 72).

Práticas mais simples também eram percebidas, a exemplo das publicações do Jornal do Brasil, que no começo da década de 1970 passou a publicar as notas oficiais entre aspas para definir a distinção entre o material informativo do jornal e o texto enviado pelo Ministério da Justiça. Contudo, a Polícia Federal passou a exigir que os textos fossem publicados sem as aspas e, para ser acentuada a diferença, o jornal

recorreu ao recurso gráfico de publicar as notas oficiais com a fonte em negrito ou itálico.

Outro recurso empregado era abrir espaço no noticiário internacional para falar de regimes ditatoriais em outras localidades do planeta, trazendo denúncias sobre as atrocidades realizadas, a censura implementada e o autoritarismo implementado pelo ditador. Sem a possibilidade de promover críticas ao regime militar brasileiro, trazia-se juízo de valor negativo sobre os governos análogos no exterior “na esperança de que o leitor fosse capaz de estabelecer uma analogia entre os regimes” (ABREU, 2000, pg. 68).

Com o passar dos anos, o grau de restrição à imprensa vai aumentando gradativamente e até mesmo os veículos que inicialmente apoiavam o regime sentem incômodo pela presença de militares todos os dias em suas redações. Não obstante, em quase todas as reportagens, os jornais limitavam-se a transcrever os trechos mais polêmicos das autoridades e figuras públicas, sem qualquer menção de crítica ao que havia sido escrito. A única fonte nas matérias sobre prisões dos “subversivos” são os agentes policiais, responsáveis pela detenção. A maioria dos jornais simplesmente reproduzia o discurso oficial, assumindo como única a versão dos órgãos de segurança e ajudando a pintar um cenário que não condizia à realidade, tendo em vista que

os discursos reproduzidos pela imprensa neste período, inspirados em conceitos da Doutrina de Segurança Nacional, ajudaram a criar um clima de aparente normalidade no país, despolitizando a população e desestimulando reações de grupos organizados. Poucas vezes o texto insinuava algum questionamento sobre as afirmações das autoridades. Diretamente ou não, a grande imprensa acabou desempenhando o papel de aparelho ideológico do Estado (ABREU, 2000, p. 140).

Cabe aqui a pertinência de se ressaltar que, neste trabalho, não se objetiva analisar isolada e profundamente o comportamento de cada empresa jornalística. Essa decisão se dá tanto por motivos de espaço (há volumes de cerca de 500 páginas que não se propõem a um levantamento taxativo e conclusivo sobre a temática) quanto para se ater ao objetivo principal do capítulo, buscando-se apenas pontuar exemplos que ajudem a traçar um panorama amplo de como a imprensa e o Estado se relacionaram no referido recorte temporal.

Em vista do que foi observado até aqui, é possível concluir que a grande imprensa demonstrou certa complacência para com o regime. Muitos jornais de prestígio deixaram-se envolver propositadamente pelo ufanismo que contaminava a atmosfera social, sobretudo na época do “milagre brasileiro”, em que os crimes contra a humanidade eram ainda mais silenciados em nome do progresso econômico. Outros veículos alternaram momentos de coragem empresarial e adulação, beneficiados por recompensas decorrentes de acordos com o governo. Diante dessa situação, uma força implacável de resistência viria a surgir a partir das sombras da convivência dos jornais de situação, demonstrando que o espírito jornalístico de enfrentamento ainda estava muito presente no país.

7.3 - IMPRENSA ALTERNATIVA: A NANICA GIGANTE

Como resposta à perspectiva constituída na associação entre o regime militar e os grandes veículos de comunicação brasileiros, surge um movimento de contracultura que ficou conhecido como imprensa alternativa, também apelidada de “nanica”, tendo em vista o formato tabloide implementado por seus exemplares e os processos de produção e orçamento, reduzidos quando em comparação aos grandes jornais, principalmente aqueles estabelecidos há anos e financiados diretamente pelo regime. Segundo levantamento realizado por Bernardo Kucinski em sua obra “Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa”, de 2018, durante os anos da ditadura foram criados cerca de 150 periódicos que tinham como denominador comum a oposição intransigente aos militares.

Em nítido contraste com a lógica de funcionamento da cobertura jornalística estipulada pela grande imprensa, os veículos alternativos cobravam o restabelecimento da democracia e do respeito aos direitos humanos, além de tecer duras críticas ao modelo econômico vigente, sobretudo durante seu período de aparente êxito com o “milagre econômico”. Identifica-se, dessa maneira, a organização de um combate político-ideológico ao governo que abrangia não apenas a seara das liberdades individuais, mas a crítica ao capitalismo e ao imperialismo, dos quais a ditadura era percebida como uma representação. Em seu livro, Kucinski destaca a congruência

entre diferentes focos de resistência que, numa tempestade perfeita, formaram o ambiente propício para o surgimento dessa nova força:

a imprensa alternativa surgiu da articulação de duas forças: o desejo das esquerdas de protagonizar as transformações que propunham e a busca, por jornalistas e intelectuais, de espaços alternativos à grande imprensa e à universidade. É na dupla oposição ao sistema representado pelo regime militar e às limitações à produção intelectual sob o autoritarismo que se encontra o nexo dessa articulação entre jornalistas, intelectuais e ativistas políticos. Compartilhavam, em grande parte, um mesmo imaginário social (KUCINSKI, 2018, p. 14)

Com isso em vista, os primeiros jornais anti-hegemônicos nasceram do vazio deixado pela grande imprensa na cobertura crítica do autoritarismo e logo organizaram um senso de funcionamento que girava em torno da subcultura, diferenciando-se dos demais jornalistas e intelectuais devido à sua ousadia contestatória, inclinação à militância e intransigência política. Esse cenário não se instituiu à toa, tendo em vista que muitas das mentes participantes da imprensa alternativa pertenciam às gerações que vivenciaram a queda do nazifascismo e do Estado Novo no Brasil. Os mais jovens, por sua vez, eram compostos por jornalistas e ativistas políticos que haviam sido formados pelos movimentos estudantis do final da década de 1960, com alguns integrantes tendo passado pela luta armada e prisões. Ademais, a eles se juntaram os recém-formados profissionais das escolas de comunicação.

Uma vez que os jornais alternativos tornaram-se o alicerce comunicacional da resistência aberta e não velada ao regime, em substituição ao fracasso da luta armada (ABREU, 2002), observa-se que tais veículos sempre estiveram entre os alvos principais da repressão, tendo sofrido mais intensamente com a prática da censura prévia, uma vez que havia o risco de apreensão da edição e pelos custos do envio do material a ser analisado pelos militares em Brasília, fator que obrigava a antecipação do fechamento da edição. Assim, além do cerceamento político, também era possível averiguar os obstáculos econômicos que se impunham frente a essa nova forma de resistência.

Os aspectos financeiros relacionados à imprensa alternativa são um ponto de relevante observação no que concerne às suas particularidades, pois mantêm relação intrínseca com a vida útil desse modelo comunicacional, a qual será detalhada mais

adiante. Conquanto o método de impressão a frio, aliado a um sistema nacional de distribuição implementado pela Editora Abril, tenha permitido tiragens a baixo custo e fomentado as primeiras edições de inúmeros projetos, era raro que os jornais alternativos prosperassem por mais de um ano.

Segundo expõe Kucinski (2018), 50% das iniciativas não chegaram a completar 12 meses de circulação e apenas cerca de 25 jornais, oriundos de movimentações robustas entre seus membros, tiveram uma vida relativamente longa, de até cinco anos. Era raro que tivessem a capacidade de sustentar vendas regulares que pudessem cobrir as despesas provenientes da vendagem, visto que as distribuidoras se apossavam de 40% da receita, fator que ainda era agravado pelo fato de não existir verba publicitária para esse segmento. Como consequência, é possível aferir o viés político que ditava o funcionamento desses projetos, em detrimento do mercantil.

Em conformidade com o que já foi detalhado, a partir do fim de 1968 é implementada a censura institucionalizada e, não surpreendentemente, a imprensa alternativa enfrenta sua era de maior repressão. Tendo em vista que, embora alguns exemplares fossem destinados à circulação interna, muitos deles também se destinavam à comercialização em bancas (ARAÚJO, 2000), fato que tornava possível à repressão orientar suas ações de investigação e rastreamento. Ser encontrado com as “páginas subversivas” em mãos ou ser pego em flagrante imprimindo um jornal era motivo recorrente para a prisão, tortura e até morte dos responsáveis.

Apesar disso, anos após a instauração do AI-5, o movimento mantinha-se forte e dava sinais de sua pluralidade, ao mesmo tempo em que, organicamente, diversificava suas frentes de atuações: embora tivessem a crítica ao regime militar como elemento comum, cada jornal possuía suas particularidades e nuances nas linhas editoriais escolhidas, visto que a imprensa nanica

congregava jornais de vários tipos: a) jornais de esquerda (que se vinculavam tanto a jornalistas de oposição quanto aos partidos e organizações políticas clandestinas); b) revistas de contracultura (que reuniam intelectuais e artistas “alternativos” ou “malditos” – os que produziam fora do esquema comercial); e c) publicações de movimentos de bairro e, principalmente, um tipo específico de imprensa alternativa – aquela vinculada a grupos e movimentos de minorias políticas, como a imprensa feminista, a chamada “imprensa negra”, os jornais de grupos homossexuais organizados, as publicações indígenas etc.) (ARAÚJO, 2000, p. 21)

Dessa forma, torna-se visível que a imprensa alternativa possuía toda uma dimensão que ia muito além da instrumentalização política, funcionando como aparato de libertação e resistência de segmentos sociais historicamente reprimidos até mesmo sob o sistema democrático, quem dirá dentro de uma ditadura militar. Nesse sentido, passou a ser porta-voz de movimentos específicos, distanciando-se cada vez mais da grande imprensa e tornando-se de grande valia para as pessoas não apenas na qualidade de indivíduos, mas enquanto grupos detentores de uma voz, consoante Mendes (2011):

a imprensa alternativa não foi apenas instrumento político das esquerdas, representou muito mais do que isso, ela foi uma peça fundamental para os vários sujeitos sociais que ficaram à margem da sociedade, sujeitos que queriam ser vistos, conhecidos, ou melhor, reconhecidos; sujeitos que, além do reconhecimento, queriam ter seus direitos respeitados. Por conta disso, a imprensa alternativa também foi muito significativa para os grupos de minorias numéricas e políticas, como os negros, os homossexuais e as mulheres. (MENDES, 2011, p. 36).

Entretanto, a imprensa alternativa brasileira não se limitava a inovar apenas em seu conteúdo, mas também na forma de se noticiar. Com matérias que iam do humor contra o regime à análise política aprofundada (com os recortes de interseccionalidade previamente mencionados ou não), autoras como Barros (2003) analisam que esse movimento recebeu influências da contracultura norte americana e do chamado “new journalism”, definido pela sua profundidade textual e transmissão de humanidade e intimidade com os personagens da história (LIMA, 1995). Era priorizada a abordagem de questões comportamentais e sociais a partir de uma nova visão menos preocupada com os padrões de objetividade (e suas consequentes amarras e limitações) do jornalismo tradicional estadunidense, permitindo a prática da subjetividade e vivência das situações durante a execução da reportagem. Dessa escolha resultavam conteúdos de grande engajamento, uma vez que as práticas adotadas auxiliam a expandir os limites tradicionais da notícia – característica que será mencionada com mais detalhes no capítulo seguinte.

A estética também se diferenciava por evidenciar recursos de design gráficos (como charges, caricaturas, composições, ilustrações) em lugares de destaque, comumente nas capas, ao invés de destinar tais práticas comunicacionais para seções

específicas mais adiante dentro da publicação e relegada a lugares de menor destaque em meio aos textos. Para além do impacto visual para atrair a atenção do leitor, essa prática se destinava a driblar a própria censura, conforme relata Elifas Andreato, artista gráfico que trabalhou, entre diversos outros lugares, para o *jornal Opinião*, um dos veículos mais notórios da imprensa alternativa:

eu percebi, indo pro Opinião, que eu tinha que recuperar o desenho, a charge. Porque é mais difícil pra... Porque o cara vê uma fotografia, pra ele é muito fácil resolver a questão se interessa ou não interessa publicar isso. Estou falando de censores e editores. Mas eu percebi o seguinte: vou reinventar a ilustração, a charge, a caricatura e é através dela que nós vamos fazer, porque eu podia usar a metáfora (ANDREATO, 2014, s/p).

Criado no auge da repressão em 1972, o “Opinião” rapidamente tornou-se um dos mais influentes jornais de todo o movimento e, além de seu elegante projeto gráfico, chamava a atenção por publicar semanalmente uma seleção do francês “Le Monde”, o que lhe conferia muito prestígio, além de outros textos de jornais e revistas estrangeiras sobre política, economia e cultura. A censura prévia instaurou-se em suas redações a partir da quinta edição do jornal e saiu apenas quando a publicação encerrou suas atividades, 222 semanas depois. Segundo seu co-criador e financiador, o empresário Fernando Gasparian, metade do material criado pelo veículo foi censurado pelas autoridades durante sua existência.

Outro projeto de grande destaque foi “O Pasquim”, criado em junho de 1969. O jornal era uma mistura entre política, crítica social e comportamento, frequentemente recorrendo ao humor e fazendo uso de uma linguagem coloquial, tornando-o um sucesso de vendas imediato. Seu êxito fez com que chegasse a vender 200 mil exemplares em meados dos anos 1970, fugindo da lógica de baixa tiragem que permeava os demais veículos alternativos da época, como visto anteriormente. Também tiveram protagonismo na época o “Movimento”, “Coojornal”, “Versus”, “O Repórter”, entre outros. Assim como na análise sobre a grande imprensa, aqui não se tem a pretensão de realizar uma análise individual sobre as especificidades de cada um, mas tornam-se pertinentes, ao menos, suas menções.

Na origem de cada experimento alternativo havia a liderança de jornalistas ansiosos por se libertarem das restrições da grande imprensa. Esse fator, aliado à crescente reintegração de presos políticos à sociedade após o cumprimento de suas

penas, fez com que os jornais não hegemônicos se multiplicassem em grande volume a partir de 1974. Além disso, o assassinato de Vladimir Herzog, em 1975, representou o estopim para muitos profissionais da grande imprensa, havendo um esgotamento com a complacência apresentada pelos jornais em que trabalhavam até então e promovendo verdadeiras crises internas. Consequentemente, houve uma migração em massa de jornalistas renomados para os veículos alternativos, provendo ainda mais força para o movimento, conforme cita Kucinski (2018):

o protesto dos jornalistas, de início tímido e hesitante, explodiu num movimento que envolveu personalidades do centro e até do campo conservador. Somou-se às pressões dos grupos de direitos humanos por informações sobre os “desaparecidos”; a crise política assumiu a forma manifesta de uma crise do espaço público, das liberdades públicas e individuais, do direito de expressão das elites, dos intelectuais e dos profissionais liberais e principalmente dos jornalistas. E tendo como mártir um jornalista (KUCINSKI, 2018, p. 99).

Paralelamente, com o fim do milagre econômico e o aumento da pressão popular sobre o regime, os militares são forçados a progressivamente implementarem mais concessões, culminando em 13 de outubro de 1978 com a revogação dos atos institucionais e, consequentemente, o fim da censura prévia. É nesse cenário que a imprensa alternativa floresce e prospera mais ainda.

A partir da gradativa abertura política, entretanto, dá-se início à queda da imprensa alternativa. Com cada vez mais liberdade, a grande imprensa não apenas passou a recriar um espaço público de contestação, mas o fez se apropriando de temas que eram trabalhados exclusivamente pela imprensa alternativa até então, inclusive recontratando muitos de seus jornalistas. Assim, opor-se ao regime deixou de ser um “monopólio” dos movimentos de contracultura. Além disso, a retomada da atividade política na esfera dos partidos e seus próprios jornais, que deixaram de ser clandestinos após a decretação da Anistia em 1979, esvaziou a imprensa alternativa de sua função de organização e manifestação política, conforme elucida Aguiar (2008):

a redemocratização do país, que culminou com a promulgação da Constituição de 1988, embora então rejeitada pelo próprio Partido dos Trabalhadores, marcou o fim desse tipo de imprensa alternativa, constituído em torno de frentes jornalísticas que recobriam articulações e enfrentamentos de bastidor entre concepções distintas e organizações que se fragmentavam de acordo com confrontos internos e as necessidades de sobrevivência diante da repressão feroz da ditadura de 1964 (AGUIAR, 2008, p. 246).

Nesse sentido, é possível estabelecer que a imprensa alternativa conheceu seu fim porque a própria ditadura militar também havia chegado ao seu. Não se pode deixar de considerar, também, os atentados às bancas de jornais que foram realizados pela linha dura militar a partir do fim da censura prévia, em dissonância com o que o governo brasileiro havia estipulado oficialmente. Considerando-se as já citadas debilidades econômicas percebidas por esses veículos, o ambiente demonstrava estar cada vez menos propício para a circulação de seus exemplares. Apesar de alguns veículos terem mantido as publicações por mais alguns anos, com grande variedade de propostas editoriais, soluções estéticas e diversidade de assuntos, nenhum deles sobreviveu com suas raízes originais, uma vez que desapareceu, pouco a pouco, o imaginário que os impulsionava.

7.4 - MEMÓRIA JORNALÍSTICA COMO MEMÓRIA SOCIAL

Após a devida contextualização a respeito do panorama percebido pelas diferentes vertentes da imprensa durante o regime militar, considera-se pertinente trazer algumas considerações sobre as contribuições que o exercício dos jornalistas, naquele contexto, trouxe para o imaginário da população a respeito da repressão. Esse exercício é proposto não apenas para fins de conclusão desse capítulo sobre os veículos de comunicação, mas também para introduzir algumas ideias que se farão presentes na seção seguinte, a respeito das colaborações que o jornalismo (e, em particular, o gênero do livro-reportagem) apresenta na composição do real nas sociedades.

O sociólogo francês Roland Barthes (1988), em suas reflexões sobre a escrita e literatura, nos traz a definição segundo a qual o processo comunicacional – ou a própria interpretação da realidade – é advinda da relação entre o discurso e o texto. Transferindo-se essa ideia para o campo jornalístico, compreende-se que a realidade que o jornalismo oferece é definida por um cardápio desigual de ofertas, sobretudo num contexto de autoritarismo e repressão no qual, como visto, parte da imprensa serve aos interesses dominantes. Por conseguinte, o estabelecimento de referências estipuladas por parte do leitor também se dá de maneira desproporcional.

Tomada pela narrativa de proteção frente à ameaça comunista e, mais tarde, do progressismo inerente ao milagre econômico, a versão oficial dos fatos varreu para debaixo do tapete os graves problemas do Brasil dos anos 1960 e 1970, ajudando a pintar um cenário de ostentação, riqueza e esperança, tanto pelo que informava quanto por aquilo que deixava de noticiar. Abreu (2000) é enfático ao discorrer sobre como a omissão de informações na cobertura jornalística ajuda a manipular o real e estabelecer sentidos:

o silêncio, seja como Discurso de Opressão, seja como Discurso da Resistência, representa um espaço importante de análise de qualquer discurso jornalístico. O “dizer” também significa “não dizer”, portanto “omitir”. No telejornalismo, “mostrar” também é “não mostrar”, portanto “esconder”. O livre arbítrio revela uma interpretação dos fatos sociais que ajudam a produzir uma nova realidade exposta pelos meios de comunicação (ABREU, 2000, p. 258).

Assim sendo, o autor explica que o jornalismo proporciona “janelas” para que o público analise a realidade, com as próprias limitações de quaisquer janelas e os horizontes por elas contemplados. Quanto mais janelas, mais horizontes disponíveis para se chegar às próprias leituras de mundo. Portanto, é possível atestar que “a ação do jornalista é, sobretudo, de natureza memorialística, já que a memória é uma operação do presente e conformadora da própria realidade” (BARBOSA, 2004, p. 1).

No contexto da ditadura, percebe-se que os meios de comunicação e seus profissionais tiveram importância incontestável na formação da memória durante o período. De início, a eles coube a seleção, processamento e divulgação dos fatos, dados, denúncias e informações que chegavam ao público. Como visto na dicotomia entre a imprensa grande e a alternativa, tal atuação não se desenhou de maneira homogênea entre 1964 e 1985, o que inevitavelmente resultou em distintas percepções sobre o que estava acontecendo no país.

Evidentemente, a responsabilidade da mídia em estabelecer o imaginário a respeito do regime militar não se limita ao século passado, mas exige constante atuação na elaboração da memória, tendo em vista que ela é a reconstrução contínua que é feita sobre o passado com a interpretação de dados do presente. Representa, assim, um inestimável processo dinâmico de disputa de discurso que pode influenciar na escrita da história de um país, sendo imprescindível para ampliar debates sobre os acontecimentos já transcorridos, conforme explica Sapucaia (2012):

os grupos de força têm um papel dominante na formação do imaginário coletivo. Existem poucas vozes que criam uma versão oficial de histórias construídas. No caso específico do Brasil, o senso comum é estabelecido, em grande parte, por uma mídia que é totalmente inconfiável. Por isso, é fundamental resgatarmos memórias singulares sobre episódios relevantes do passado, até para a construção de uma identidade nacional (SAPUCAIA, 2012, p. 3).

Como define Zelizer (2014), o jornalismo representa uma das poucas entidades com a capacidade de “encapsular” a disseminação da memória coletiva sobre a construção do tempo presente. Funciona, pois, como agente da lembrança ao possibilitar que se passem a limpo os graves acontecimentos e episódios que marcaram a ditadura e afetaram profundamente a imprensa, a sociedade e o futuro do Brasil. Portanto, para além de entender as circunstâncias que envolveram essa atividade ao longo do regime, é importante que os profissionais entendam a importância inerente ao jornalismo no sentido de agregar valor na formação e leitura dos fatos sociais em qualquer momento da história, sobre qualquer momento da história.

8. O LIVRO REPORTAGEM

8.1 - NOÇÕES GERAIS

O livro-reportagem representa um gênero do jornalismo considerado híbrido à medida que mescla preceitos e procedimentos próprios de sua área (como a definição de pauta, pesquisa, entrevista, observação, checagem, etc) com aqueles tradicionalmente atribuídos à literatura, a exemplo de recursos narrativos para tornar a leitura mais atraente, a humanização de personagens, maior aprofundamento na história e seus antecedentes e desdobramentos, entre outros.

Desse modo, conforme teoriza Lima (1995), o livro-reportagem se configura como um romance que busca uma linguagem aplicada de maneira profunda, justamente com o propósito de intensificar os elementos da narração e, conseqüentemente, imergir o leitor naquele conteúdo. Tal objetivo fica explícito a partir da fala de Wolfe (1975), quando argumenta que a inserção de recursos literários na escrita de reportagens representou a descoberta de que era possível escrever um jornalismo que fosse atraente para ser lido e que quebrasse a monotonia e superficialidade presente nos noticiários massificados.

O movimento do chamado New Journalism nos anos 1960 (do qual Wolfe foi um dos expoentes) surgiu com essa premissa de narrar as histórias não apenas como fatos, mas também como uma espécie de acontecimento pessoal, de modo que as técnicas utilizadas fizessem o leitor se aproximar da história. Assim, o New Journalism e o livro-reportagem permitem a transmissão da humanidade dos personagens de maneira íntima, gerando conexão, empatia e identificação com o acontecimento a ser tratado.

Essa abordagem não apenas se torna estratégica sob o ponto de vista mercadológico – no sentido de criar um engajamento maior com o produto jornalístico propriamente dito –, mas também é pertinente para resgatar a supracitada humanização dos textos, cuja ausência é alvo de críticas por parte de Pereira (2006). Segundo o autor, tratar pessoas como se fossem fenômenos climáticos ou estatísticos representa não apenas o ato de desumanizar, mas também a “fragmentação dos sentidos, a superficialidade, a falta de contextualização ou o distanciamento acríticos das situações”.

Evidentemente, compreende-se que há a necessidade de que o jornalista tome cuidado de modo a não banalizar os acontecimentos e a vivência das fontes a fim de simplesmente “despertar a emoção do leitor” de maneira forçada, o que pode beirar o sensacionalismo e representar o outro extremo na dicotomia entre impessoalidade e humanização. Além disso, a falta de domínio na utilização dos recursos afeta o preceito mais básico e norteador na intenção de se construir tal conteúdo: a verossimilhança. Nesse sentido, Sodré e Ferrari (1986) atestam que a reportagem a ser trabalhada nesse gênero “tem que parecer verdadeira – ser verossímil. Isto exige certa técnica na dosagem da seleção e combinação de elementos”.

Entretanto, uma vez tomada tal precaução, o livro-reportagem representa uma importante ferramenta de ruptura com um modelo limitado de se retratar a realidade, pois “é ultrapassado o limite seco, diminuto, da informação concreta nua e chega-se a uma dimensão superior de compreensão tanto dos atores sociais como da própria realidade maior em que insere a situação examinada (LIMA, 1995). Ainda conforme Pena (2006), o profissional que se dispõe a criar esse conteúdo potencializa a

combinação e aprimoramento das distintas competências que se atravessam nesse tipo de escrita:

O jornalista literário não ignora o que aprendeu no Jornalismo diário. Nem joga suas técnicas narrativas no lixo. O que ele faz é desenvolvê-las de tal maneira que acaba constituindo novas estratégias profissionais (PENA, 2006, p.13).

Portanto, no que diz respeito à competência do profissional por trás da execução desse produto, o livro-reportagem funciona como um gênero capaz de desviar da ótica industrialista que se apropriou do jornalismo de maneira exacerbada nos noticiários, visto que discernir entre a metodologia sofisticada da reportagem e a metodologia esquemática do noticiário talvez seja saber fazer a mais relevante das distinções para o chamado jornalismo inteligente e a verdadeira essência da reportagem (MILMAN, 1998).

Todas essas características trazem a concepção de que o livro-reportagem funciona como uma extensão da reportagem (SODRÉ, 1986), de maneira a permitir que o leitor quebre a temporalidade oferecida pelos formatos tradicionais de se dar notícia e consuma o conteúdo no seu próprio tempo, que não necessariamente reflete a dinâmica proposta tradicionalmente nos veículos. A maleabilidade presente nesse tipo de conteúdo se torna muito atrativa para o leitor, o que vai ao encontro da tese de Wolfe, quando discorre sobre a “qualidade absorvente da ficção” que se faz presente em tais textos e permite a experiência de imersão de quem está lendo, como se fosse transportado para diante dos acontecimentos noticiosos tratados nas páginas.

Nesse aspecto, evidenciam-se as técnicas literárias utilizadas, como a descrição minuciosa da ambientação, as características físicas dos personagens, o estabelecimento do ponto de vista de um observador, entre outros. Assim, o jornalismo importa e incorpora elementos da literatura que não apenas renovam a abordagem que se pode dar a um fato, mas também complementam o fazer jornalístico, consoante Lima:

O jornalismo absorve assim, elementos do fazer literário, mas, camaleão, transforma-os, dá um aproveitamento direcionado a outro fim. (...) E é esta tarefa, a de sair do real para coletar dados e retratá-los, a missão que o jornalismo exige das formas de expressão que passa a importar da literatura adaptando-as, transformando-as. (LIMA, 1995, p.138)

De acordo com Rocha, Xavier (2013), o procedimento na elaboração de um livro-reportagem pode ser compreendido a partir de cinco aspectos fundamentais: entrevista, observação, documentação, pesquisa e checagem. Diante desse panorama, percebe-se de que modo a produção de tal gênero representa a convergência e potencialização de inúmeras competências que o profissional da área jornalística deve desenvolver e dominar: a reconstrução minuciosa dos fatos, a partir de detalhadas entrevistas e questionamentos; o estudo a respeito do assunto tratado, demonstrando domínio sobre o objeto de escrita; a contextualização histórica, a fim de analisar por que tais fatos aconteceram; o conhecimento acerca dos gêneros do jornalismo no momento da construção da obra, para que não recaia em um texto opinativo ou em uma mera reportagem objetiva, nua e crua.

A mescla entre jornalismo e literatura por meio das incorporações e adaptações desta última permite que, fazendo ode à obra de Lima, sejam ampliadas as páginas escritas pelo profissional, ao mesmo tempo em que se intensifica a relação entre o jornalista, o leitor e a própria reportagem. Ademais, levando-se em consideração a ideia trazida por Cosson (2002) – segundo a qual o jornalismo é o império dos fatos e a literatura, o jardim da imaginação –, é reforçada a noção do livro-reportagem como um subsistema híbrido que, ao mesmo tempo em que exige esforços e precauções na sua produção, permite a concretização de um produto muito sedutor para o leitor, longe das amarras do *lead* e sem configurar aquilo que Milman (1998) classifica como as reportagens deprimidas nas redações. Essa visão também é compartilhada por Castro e Galeano (2002), trazendo ênfase para a ruptura que o gênero em questão pode proporcionar:

Se a literatura deve perder o medo da realidade, de interpretar a sociedade brasileira em sua complexidade e drama, o jornalismo deve perder a submissão ao que considera ser realidade, a submissão às versões oficiais e ideológicas sobre os fatos, para conseguir ir além deles. O resultado, a língua agradece. (CASTRO, GALEANO, 2002, p.137)

Logo, frente à possibilidade de produzir um conteúdo que possa preencher as lacunas criadas pela cobertura imediatista e descontextualizada ligada ao noticiário, é de extrema importância que o jornalista se permita explorar esses campos ou, conforme a metáfora elucidada por Cosson, jardins da imaginação. A contribuição social

associada a tal ato, potencializando a atividade jornalística como catalisadora de transformações da realidade, é de importância inestimável, sobretudo na medida em que pode abordar temas de grande interesse e relevância públicos, como será detalhado no item a seguir.

8.2 - VALOR DOCUMENTAL E A IMPORTÂNCIA DE NÃO ESQUECER

A partir da noção de que o livro-reportagem não se limita apenas a informar o leitor de algo, mas sim procura contextualizar, aprofundar e criar relações e sentidos entre acontecimentos ao passar pela inevitável subjetividade do repórter, compreende-se que esse gênero híbrido possui uma importância muito grande para a ampliação da percepção da realidade, sobretudo quando aborda temas históricos que ainda reverberam na sociedade ou, no mínimo, necessitam ser revisitados.

Na qualidade de um instrumento aperiódico de difusão de informações de caráter jornalístico (BELO, 2006) e por meio de suas narrativas complexas, a grande reportagem proporciona que o público se aprofunde em temas cuja compreensão clama por um trato imersivo, especialmente quando trata de questões com urgência social. A falta de conhecimento por alguns setores da sociedade acerca das transgressões humanitárias cometidas pelo regime militar brasileiro entre 1964 e 1985 levanta o questionamento se, de fato, foi feito o esforço necessário para que os anos de chumbo tivessem uma construção de memória forte o suficiente para que não viessem a ser relativizados ou até mesmo negados.

Ivo Herzog, filho do jornalista Vladimir Herzog (notoriamente assassinado pelos militares em 1975), corrobora esse indício de que o Brasil falhou enquanto nação no que diz respeito à constituição de uma compreensão condizente ao terror instituído pela ditadura:

O Brasil tem essa coisa de insistir em virar a página da ditadura, mas sem escrevê-la antes. Antes de virar a página a gente precisa ter o conteúdo para escrever o que a gente quer virar. Temos de andar para a frente, mas tem de levar junto o passado para entender o presente e não repetir os erros de ontem. É a maneira de construir uma nação. (HERZOG, Ivo. "Ivo Herzog: "O Brasil insiste em virar a página da ditadura, mas sem escrevê-la antes". [Entrevista concedida a] Carla Jiménez. **El País**, São Paulo, 24 mai. 2018)

Sob essa ótica, a imprescindibilidade de construção da memória de um povo se relaciona diretamente com o conceito trazido por Medina (2006) acerca da própria narrativa em si, definida pela autora como “uma das respostas humanas diante do caos”. Consoante a pesquisadora, sem tal produção cultural não é possível que o ser humano se expresse e, tampouco, se afirme perante a “desorganização e as inviabilidades da vida”. Portanto, é possível perceber a importância que a resolução plena (ou o mais próximo disso) carrega para o estabelecimento de uma ordem social minimamente funcional.

Proporcionado pelo livro-reportagem, o encontro entre o jornalismo e a literatura faz com que essas duas áreas se relacionem não apenas entre si, mas que inevitavelmente incorporem o ramo da história aos seus recortes específicos e subjetivos da realidade. Essa noção dialoga diretamente com a ideia de Burke (1992) sobre o auxílio que a literatura é capaz de fornecer à história: desenvolver narrativas marcadas pelo enaltecimento de diferentes visões acerca de um mesmo acontecimento.

Com essa relação triádica evidenciada, não é de se surpreender que a obra "Hiroshima" de John Hersey, publicada pela primeira vez em 1946, carregue o status de uma das maiores contribuições jornalísticas de todos os tempos. Veiculada originalmente como uma reportagem na revista estadunidense *The New Yorker*, ela conta com entrevistas realizadas com então sobreviventes da bomba utilizada pelos norte-americanos na cidade homônima durante a Segunda Guerra Mundial. A combinação de detalhes e fatos minuciosamente coletados por Hersey, aliados a uma escrita envolvente, garantiu o sucesso imediato da grande reportagem que serviu para mudar drasticamente a percepção de muitas pessoas a respeito de um episódio sobre o qual, até então, não havia um conhecimento muito aprofundado.

Por meio do relato das vítimas, foram levantados questionamentos sobre o uso de bombas atômicas e suas consequências, acarretando debates importantes relacionados ao tema e que puderam explicitar a função social do jornalismo no seu estado mais puro: disseminar amplamente a informação de interesse público e provocar transformações a partir da leitura feita de tais dados da realidade.

Aclamada como uma das produções referenciais do New Journalism citado no subcapítulo anterior, Hiroshima foi capaz de deixar um legado para além do momento

de sua publicação, sendo de grande relevância até os dias atuais e não permitindo que o detalhamento minucioso sobre o atentado ocorrido na cidade japonesa caia no esquecimento. O valor histórico tão intimamente ligado com o estilo de execução do livro-reportagem é ressaltado por Pena (2006), que chama atenção para a contribuição geracional que esses produtos jornalísticos representam para a sociedade como um todo:

Diferentemente das reportagens do cotidiano, que, em sua maioria, caem no esquecimento no dia seguinte, o objetivo aqui é a permanência. Um bom livro permanece por gerações, influenciando o imaginário coletivo e individual em diferentes contextos históricos (PENA, 2006, p. 15).

Portanto, é possível inferir que o livro-reportagem, funcionando como um objeto de narração histórica com viés biográfico, representa um importante artifício para que não se peque pelo esquecimento. De acordo com Oliveira (2016), dessa atitude pode decorrer uma certa “alienação social” que é tão nociva quanto o próprio passado que se busca deixar para trás, sem antes revisitá-lo propriamente. Na visão da autora, existe o perigo da repetição devido à falta de compreensão ou conhecimento sobre a relação de causa e consequência entre um passado problemático, um presente conturbado e um futuro incerto.

Na posição de intersecção entre duas ferramentas importantes da linguagem, cabe ao jornalista ter noção da responsabilidade social que sua escrita carrega nesse contexto, sobretudo levando em consideração o potencial transformador que seu produto jornalístico possui, a fim de que a história esteja tão bem resgatada ao ponto de oferecer um valor de leitura transgeracional.

9. O PRODUTO

9.1 - OPÇÕES NARRATIVAS

Conforme já mencionado nos capítulos a respeito da metodologia e objetivos, o livro-reportagem “Meia-volta, volver” busca contar a história da ditadura militar por meio do relato daqueles cujas vidas foram fortemente afetadas pela repressão do regime, visando lançar luz sobre os métodos perversos utilizados pelo Estado para reprimir as vozes dissonantes ao autoritarismo, com o recorte específico no Paraná.

A opção de narrativa buscou inicialmente estabelecer como eram as vidas dessas pessoas antes da instauração do regime. Essa abordagem foi fundada na ideia de não apenas contrastar a vida pré-golpe com a caótica rotina experienciada na situação de militante, mas também para trazer à tona detalhes a respeito de suas criações na infância. A seleção de três fontes em fases distintas da vida à época da ascensão militar também foi uma escolha consciente e, na opinião do autor, muito importante a fim de trazer à história as particularidades inerentes a cada estágio dos desenvolvimentos pessoais dos entrevistados.

Júlio Manso Vieira, por exemplo, tinha apenas três anos quando o poder foi usurpado pelos militares. Filho de militante, passou a desenvolver sua consciência sobre a situação política do país aos poucos, à medida que ia crescendo e observando os acontecimentos à sua volta. Nascido já em um contexto de fuga da repressão, gradativamente foi tomando partido a respeito da realidade que o cercava e que determinaria sua atuação política, sobretudo a partir da prisão de seu pai.

Antônio Narciso Pires de Oliveira, por sua vez, era adolescente em 1º de abril de 1964 e não sentiu imediatamente os efeitos da opressão em sua vida, visto que sua família não possuía nenhum vínculo ou histórico com a militância. Apesar disso, impulsionado pelos hábitos de estudo construídos desde cedo por seus pais, foi estabelecendo suas convicções políticas por meio da leitura e, mais cedo do que tarde, tomou consciência quanto às mazelas que a ditadura representava no campo da igualdade social. Desse modo, sua rota de colisão com o regime tornou-se inevitável e uma mera questão de tempo.

Clair da Flora Martins, em contrapartida, já possuía convicções políticas muito sólidas quando Jango deixou o poder. Embora houvesse uma certa falta de compreensão sobre as perspectivas que o golpe traria para o Brasil, essa lacuna foi imediatamente suplantada pelo fato de ter se mudado no início de 1964 para Curitiba a fim de estudar na Universidade Federal do Paraná (UFPR). Devido à predisposição de militância percebida desde sua infância, não tardou para que participasse de debates políticos e organizasse assembleias com pautas sobre as liberdades democráticas do país.

Dessa forma, as páginas do livro buscam, simultaneamente, interligar as histórias dessas pessoas que pertenciam ao mesmo espectro político, mas também evidenciar que a história do governo de exceção pode ser vista sob as mais diferentes perspectivas, que serão estabelecidas a partir das vivências individuais de cada um no período analisado.

9.2 - ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO

No que diz respeito à estrutura da obra, fez-se a opção de incluir um capítulo de breve contextualização sobre o regime militar antes de adentrar nas histórias das fontes, a fim de fornecer ao leitor uma breve recapitulação dos principais acontecimentos da ditadura. Essa ideia foi motivada não apenas para refrescar as lembranças a respeito da repressão, mas para servir como material de suporte que, mesmo sintetizado, possa oferecer ao leitor a oportunidade de regressar às páginas da história geral do período à medida que lê a respeito das vivências individuais das fontes, traçando paralelos e correlacionando datas.

A seguir, é feita a passagem para o desenvolvimento do livro, seu “miolo”, com cada capítulo sendo representado pela narrativa de cada um dos três entrevistados. Dentro das histórias pessoais, a organização dos fatos em ordem cronológica ensejou a separação do texto em subcapítulos que compreendessem o início e fechamento de ciclos em suas vidas, ou mais próximo que pudessem ser feitas essas delimitações no contexto das trajetórias particulares.

O capítulo de Clair, por exemplo, foi segmentado em torno de quatro aspectos: da infância até adquirir status de foragida; vida na clandestinidade; prisão e tortura; reflexões sobre a repressão vivida e perspectivas para o futuro. As páginas que versam sobre Júlio, por sua vez, são divididas em três momentos, todos relacionados intrinsecamente com a vivência de seu genitor: a conturbada infância até o momento da prisão do pai; a vida com o pai encarcerado e ascensão pessoal na militância; estabelecimento profissional e a vida após a desestruturação familiar. Por fim, a seção sobre Narciso é orientada pela descrição de sua formação política ao longo da infância

e adolescência; primeiras experiências com a repressão; a traumática prisão; articulação de militância após a redemocratização.

Em vista disso e, mantendo-se alerta à subjetividade indissociável na seleção e filtragem de informações, objetivou-se criar um senso de início, meio e fim nas histórias para conduzi-las com uma certa linearidade, ao mesmo tempo em que eram inseridas informações sobre acontecimentos específicos da ditadura que se relacionavam com as narrativas pessoais – a exemplo da Operação Marumbi nos casos de Júlio e Narciso e das atuações do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) em São Paulo, onde Clair viria a ser raptada e torturada. Também fez-se uso de citações diretas dos entrevistados em diversos momentos, entendendo-se que o discurso indireto poderia atenuar, ainda que levemente, o impacto de declarações específicas sobre os momentos mais tensos da repressão. Sob essa lógica, fez-se a escolha de encerrar alguns subcapítulos com declarações dos entrevistados, de modo que as falas selecionadas introduzissem o ponto seguinte da narrativa ou até mesmo concluíssem o segmento em questão.

Por fim, o livro traz um capítulo de considerações finais com o objetivo de entrelaçar as histórias dos três personagens e seus relatos sobre o regime, traçando-se paralelos com o atual estado da democracia brasileira, de modo a ressaltar a relevância social que o resgate do passado tem sobre o presente. Assim, propõe-se demonstrar a atemporalidade de temas como negacionismo, autoritarismo, ufanismo e demais padrões comportamentais que podem levar uma sociedade (ou, no mínimo, uma parcela dela) a atos bárbaros de ataque à democracia e às suas instituições estabelecidas.

A partir de tal exercício, destaca-se a imprescindibilidade de não permitir revisionismos maliciosos sobre fatos tão graves que compõem a memória de um povo, a fim de que os discursos que outrora deram brecha à tirania não ganhem força novamente e desencadeiem uma trágica repetição da história.

Ademais, considerando-se toda a discussão levantada a respeito da relação da imprensa com a memória social da ditadura, foram abordadas reflexões referentes à responsabilidade social que os profissionais de jornalismo possuem ao tratar de temas tão sensíveis. Essa linha de raciocínio vai ao encontro do que foi estipulado no estudo

sobre o tema, uma vez que compreende o jornalista como construtor da realidade e dos sentidos estabelecidos sobre o real e, conseqüentemente, no que concerne às lembranças de um povo.

9.3 - PROPOSTA EDITORIAL E GRÁFICA

O nome escolhido para o livro conversa intimamente com sua proposta. “Meia-volta, volver” é uma voz de comando utilizada para ordenar a marcha militar em sentido oposto, uma volta em 180°. Considerando-se que o propósito da obra é resgatar a história da ditadura para recontá-la, o autor considerou ser um título que traduzisse com fidelidade o espírito de sua produção.

A proposta gráfica da capa e contracapa busca remeter a símbolos de repressão e censura, como os “xis” e traçados em vermelho, acompanhados de um fundo com exemplares de jornais da época que noticiavam os movimentos e articulações militares que resultaram no golpe de 1964. O layout simples no interior das páginas teve como fundamento a concepção de não trazer poluição visual a quem se aventurar na história, levando em consideração a temática pesada que o contexto ditatorial traz consigo e a possibilidade de que um excesso de informações visuais tornasse a leitura dispendiosa.

Cada capítulo acompanha fotografias selecionadas sobre o regime, buscando proporcionar uma sensação de imersão à medida que se avança na obra. Foram escolhidas imagens que remetessem à dicotomia entre a repressão estatal do autoritarismo e a mobilização popular pela democracia. Além disso, as fotos que iniciam e encerram cada capítulo das fontes buscam acentuar o aspecto de “antes e depois” das histórias, bem como para ajudar o leitor a construir suas imagens nos contextos relatados e personificar ainda mais os depoimentos, dando rostos aos discursos. Nas páginas iniciais dos personagens, há citações das entrevistas realizadas com o objetivo de cativar a leitura prestes a ser iniciada. Paralelamente, no fim dos capítulos, o layout definido busca trabalhar, ao mesmo tempo, as ideias de conclusão e continuidade, demonstrando que suas relações com a ditadura não cessaram apesar do fim do regime, tornando-se parte indissociável de suas vidas desde então; vidas que, contudo, indubitavelmente seguiram em frente.

No que diz respeito à sua publicação, optou-se pela disponibilização do conteúdo em plataforma online⁴ no formato de e-book (livro eletrônico), de modo a promover o amplo acesso ao conteúdo construído e a facilitar a sua divulgação pelo ambiente virtual, não obstante posterior impressão de cópias físicas do trabalho caso considere-se oportuno.

9.4 - FICHA RESUMO

O QUADRO 1 destina-se a fornecer informações técnicas a respeito da obra desenvolvida, para fins de referência prática.

QUADRO 1 - Ficha técnica do livro “Meia-volta, volver”, realizado por Ian Batista lantas como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em Comunicação Social - Jornalismo na Universidade Federal do Paraná.

INFORMAÇÕES GERAIS
TÍTULO: Meia-volta, volver - Vozes silenciadas pela ditadura militar no Paraná
AUTOR: Ian Batista lantas.
PUBLICAÇÃO: Curitiba, 2023.
TEMA: Ditadura militar.
RESUMO: Recorte sobre a história do regime militar contada a partir do relato de perseguidos políticos.
ESTRUTURA
GÊNERO LITERÁRIO: Livro-reportagem.
TESE/OBJETIVO: Relembrar as transgressões ocorridas durante a ditadura militar brasileira (1964-1985), por meio das narrativas de pessoas perseguidas pelo regime, a fim de combater o negacionismo sobre o tema que perdura entre alguns setores sociais no país até os dias atuais.
NÚMERO DE PÁGINAS: 95 páginas.

Fonte: O autor (2023).

⁴ Meia-volta, volver - Vozes silenciadas pela ditadura militar no Paraná. E-book disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/read/67557642/meia-volta-volver-vozes-silenciadas-pela-ditadura-militar-no-parana>

CONCLUSÃO

Após uma vasta pesquisa na preparação da obra em questão e um longo caminho percorrido em sua execução, é chegado o momento de realizar algumas reflexões quanto ao projeto construído. Ao longo da faculdade, três livros marcantes chamaram a atenção do autor, em um curto intervalo de tempo, para as possibilidades e ferramentas que o jornalismo literário traz consigo a fim de contar histórias: “Hiroshima”, de John Hersey; “Estrela Solitária - Um brasileiro chamado Garrincha”, escrito por Ruy Castro e “A Sangue Frio”, por Truman Capote.

As referidas obras cativaram imediatamente o desejo de realizar, quando chegada a hora, um produto de livro-reportagem para o Trabalho de Conclusão de Curso, tamanho o interesse adquirido pelo gênero. Conforme já citado ao longo desta dissertação, a escolha do tema se fez facilmente palpável devido à sua relevância social e às insistentes disputas ideológicas que ainda se fazem acerca da memória da ditadura no Brasil. Uma vez conhecido o potencial do jornalismo literário para expandir a imaginação e percepção dos leitores a respeito de acontecimentos históricos, foi de fácil decisão seguir este caminho na reta final da experiência universitária.

Em contrapartida, a composição do livro demonstrou-se extremamente desafiadora (o que já era esperado, em certo nível, pelo autor). Durante a escrita das páginas, repetidas vezes tomou-se cuidado para criar um texto que não espelhasse a habitual construção de matérias de hard news, ao mesmo tempo em que foi feita a experimentação com os recursos do jornalismo literário, cuja maestria e excelência demandam anos de experiência jornalística e prática específica, para muito além dos anos de graduação.

Não obstante os desafios encontrados, ressaltam-se as consequentes tentativas e erros em busca da realização de um texto fluído e projetado de modo a incitar a curiosidade de quem o lê, buscando expandir a consciência que se tem acerca do tenebroso período pelo qual passou o Brasil no século passado.

Ademais, o autor compartilha que a escolha de um livro-reportagem como produção final no curso se mostrou extremamente pertinente para sua formação, de modo que inúmeros conhecimentos, práticas e habilidades jornalísticas adquiridas e

acumuladas ao longo da graduação foram desafiadas e estimuladas durante o planejamento, criação e concretização do produto.

Para além do extenso trabalho de organização, seleção e filtragem das informações e dos modos em que poderiam ser melhor inseridas no texto, o processo de entrevistas exigiu tato para extraí-las de maneira natural, levando-se em consideração que revisitar memórias tão sombrias é um exercício mental dispendioso para as fontes, por mais habituadas que estejam com tal tarefa ao longo de suas jornadas como militantes, sobretudo após a redemocratização.

Por fim, espera-se que a presente monografia e a obra “Meia-volta, volver”, além de seus usos para recontar a história do regime ditatorial, possam ser utilizadas como auxílio na composição de futuros trabalhos, tanto sobre os anos de chumbo quanto a respeito do próprio livro-reportagem, contribuindo, assim, com a comunidade acadêmica.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, Alzira Alves de. **1964: a imprensa ajudou a derrubar o governo Goulart**. In: João Goulart: entre a memória e a história. FERREIRA, Marieta de Moraes (Org.). Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008.

ABREU, Alzira Alves de. **A modernização da imprensa: 1970-2000**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

ABREU, João Batista de. **As manobras da informação**. Rio de Janeiro, Mauad, 2000.

AGUIAR, Flávio. **Imprensa alternativa: Opinião, Movimento e em tempo**. In: MARTINS, Ana Luiza, LUCA, Tânia Regina de. História da imprensa no Brasil. São Paulo: Contexto, 2008, p. 233-247.

ALMEIDA, Pâmela. **"Sequestro do embaixador americano Charles Elbrick"**. [Entrevista concedida a] Pedro Fuini. Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, São Paulo, 4 de setembro de 2022.

ANDREATO, Elifas. In: LIBRE, Kâmera. **Resistir é Preciso - EP. 4 - "Imprensa Alternativa, uma leitura obrigatória" (parte 1)**, 30 mar. 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=3Y62uxF0Zro&t=738s>>. Acesso em 23 jan. 2023.

ANSARA, Soraia. **Memória política, repressão e ditadura no Brasil**. Curitiba, Juruá Editora, 2008.

Apoio à democracia atinge 75%. Folha de S. Paulo, São Paulo, 29 de junho de 2020. Opinião Pública. Disponível em <<https://datafolha.folha.uol.com.br/opiniaopublica/2020/06/1988776-apoio-a-democracia-atinge-75.shtml>>. Acesso em: 26 jan. 2023.

ARAÚJO, Maria Paula Nascimento. **A utopia fragmentada: as novas esquerdas no Brasil e no mundo na década de 1970**. Rio de Janeiro: FGV, 2000.

ARRUDA, João. **Operação Marumbi: repressão**. Londrina, 1983.

BARROS, Patrícia Marcondes de. **"A imprensa alternativa brasileira nos "anos de chumbo"**". Akropolis, Umuarama, v. 11, n. 2, p. 63-66, abr./jun., 2003.

BARBOSA, Marialva. **Jornalistas, “senhores da memória?”** In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 27., 2004. Porto Alegre: Intercom, 2004.

BARTHES, Roland. **Mitologias**. Lisboa, 1973.

BARTHES, Roland. **O prazer do texto**. Lisboa, 1988.

BARTLETT, F. C. **Recordar: un estudio de Psicología Experimental**. Madrid, Alianza, 1995.

BELO, Eduardo. **Livro reportagem**. São Paulo, Contexto, 2006.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. São Paulo, Cortez, 2004.

BRASIL. **Comissão Nacional da Verdade**. Brasília: CNV, 2014.

BRASIL. **Parâmetros Curriculares Nacionais: ciências humanas e suas tecnologias**. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Brasília, MEC/SEMT, 1999.

BRUNELO, Leandro. **Repressão política durante o regime militar no Paraná: o caso da Operação Marumbi na terra das araucárias**. Maringá, EDUEM, 2009.

BURKE, Peter. **A escrita da História: novas perspectivas**. São Paulo, Editora da Unesp, 1992.

CALCIOLARI, Silvia. **Ex-presos políticos e a memória social da tortura no Paraná (1964-1978)**. Curitiba, Assembleia Legislativa do Paraná, 2004.

CAPUTO, Stela Guedes. **Sobre entrevistas: teoria, prática e experiências**. Rio de Janeiro, Vozes, 2006.

CASTILHO, Márcio de Souza. **O jornalismo na distensão política do regime militar e a autoconstrução do repórter como investigador policial: uma análise das matérias vencedoras do Prêmio Esso**. 2007. Disponível em: <<http://bocc.ufp.pt/pag/castilho-marcio-jornalismo-distensao-politica.pdf>>. Acesso em: 23 jan. 2023.

CASTILLO, M. I. **Trauma Político y Memoria Social**. *Psicología Política*. (6) 95-115, 1993.

CASTRO, Gustavo de; GALENO, Alex. **Jornalismo e literatura: a sedução da palavra**. São Paulo, Escrituras, 2002.

CHAPARRO, Carlos. “**De como a ciência pode ajudar a notícia**”. Midiamix – Assessoria de Imprensa. Disponível em: www.midiamix.com/assessoria/nota2.htm. Acessado em: 20 mar. 2006.

CODATO, Adriano Nervo. DE OLIVEIRA, Marcos Roberto. **A marcha, o terço e o livro: catolicismo conservador e ação política na conjuntura do golpe de 1964**. Revista Brasileira de História, São Paulo, 2004.

COIMBRA, C. M. B. **Resquícios da ditadura**. 2001. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/relatorios/dh/br/jglobal/jglobal2000/requiciosdaditadura.html>>. Acesso em: 26 jan. 2023.

CONNERTON, Paul. **Como as Sociedades Recordam**. Oeiras, Celta, 1999.

CONTI, Ítalo. “**Ney Braga conspirou contra Jango em 1964, diz general da reserva**.” [Entrevista concedida a] Rhodrigo Deda. Gazeta do Povo, Curitiba, 30 mar. 2009. Disponível em <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-publica/ney-braga-conspirou-contra-jango-em-1964-diz-general-da-reserva-bi6fltq5r0rn3bjz8bgjxymha/>>. Acesso em 26 jan. 2023.

COSSON, Rildo. **Fronteiras Contaminadas: literatura como jornalismo e jornalismo como literatura no Brasil dos anos 1970**. Brasília: Ed. Da UnB, 2002.

DUTRA, José Carlos. **A Revolução de 1964 e o movimento militar no Paraná: a visão da caserna**. Revista de Sociologia Política, Curitiba, 2004.

GASPARI, Elio. **A ditadura escancarada**. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

HALBWACHS, Maurice. **A Memória Coletiva**. São Paulo, Centauro, 2004.

HELLER, Milton Ivan. **Resistência democrática: a repressão no Paraná**. Curitiba, Secretaria de Cultura do Estado do Paraná, 1988.

HELLER, Milton Ivan. DUARTE, Maria de Los Angeles. **Memórias de 1964 no Paraná**. Imprensa oficial. Curitiba, 2000.

HERSEY, John. **Hiroshima**. Tradução de Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

HERZOG, Ivo. **“Ivo Herzog: “O Brasil insiste em virar a página da ditadura, mas sem escrevê-la antes”**. [Entrevista concedida a] Carla Jiménez. El País, São Paulo, 24 mai. 2018.

IANTAS, Ian Batista. **Meia-volta, volver - Vozes silenciadas pela ditadura militar no Paraná: um livro-reportagem com relatos de seus sobreviventes**. TCC (Bacharelado em Comunicação Social - Jornalismo) - Setor de Artes, Comunicação e Design, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2023.

KUCINSKI, Bernardo. **Jornalistas e revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa**. São Paulo, EDUSP, 2018.

LAGE, Nilson. **A reportagem: teoria e técnica da entrevista e pesquisa jornalística**. São Paulo: Editora Record, 2001

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas Ampliadas: O livro-reportagem como extensão do jornalismo e da literatura**. São Paulo: Ed. Unicamp, 1995.

LIRA, E. **Recordar es volver a pasar por el corazón. Memoria Compartida: La Naturaleza social del recuerdo y del olvido**. Barcelona, Paidós, 1998.

MEDINA, Cremilda. **O signo da relação: comunicação e pedagogia dos afetos**. São Paulo: Paulus, 2006.

MENDES, Sérgio Luiz da Silva. **Imprensa alternativa durante a ditadura militar no Brasil (1964-1984): um olhar historiográfico**. In: CONTRAPONTO – Revista Eletrônica de História, Teresina, n. 1, v. 1, jun. 2011.

MILMAN, Luis. **A metodologia do jornalismo: breve excursão sobre a natureza de um conflito**. In: LEVACOV, M. et al (orgs.). **Tendências na comunicação**. Porto Alegre: L&PM, 1998

MORAES, Livia Assad. **Ditadura militar: a memória jornalística como parte da revisão histórica**. In: Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM) - v.3, n.2, jul./2014 - dez./2014.

NETTO, José Paulo. **Pequena história da ditadura brasileira (1964-1985)**. São Paulo, Cortez, 2014.

OLIVEIRA, Antônio Narciso Pires de. **Depoimentos para a história: a resistência à ditadura militar no Paraná.** Curitiba, DHPaz, 2014.

OLIVEIRA, Natália Silva Teixeira Rodrigues de. **Poder e (in)tolerância: a importância da memória na reconstrução de uma identidade.** Revista Brasileira de Estudos Políticos, n. 112, Belo Horizonte, 2016.

PENA, Felipe. **Jornalismo Literário.** São Paulo: Ed. Contexto, 2006

PEREIRA Jr, L. C. **A apuração da notícia: métodos de investigação na imprensa.** Petrópolis, Ed. Vozes, 2006.

RADLEY, Alan. **Artefactos, Memoria y sentido del Pasado.** In: MIDDLETON, D. EDWARDS, D. (Orgs.). **Memoria Compartida: La Naturaleza del recuerdo y del olvido.** Barcelona, Paidós, 1992.

ROCHA, Paula Melani; XAVIER, Cintia. **O livro-reportagem e suas especificidades no campo jornalístico** In RUMORES, nº 14 volume 7. 2013.

ROSA, Amanda Regina; LIMA, Samuel Pantoja. **Hiroshima: o Jornalismo Literário na obra de John Hersey.** Anais: XX Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre - RS, jun.2019.

ROSSI, C. **Depoimento [26 de setembro de 2008].** Rio de Janeiro: Centro de Cultura e Memória do Jornalismo. Entrevista concedida a Carla Siqueira e Caio Barretto.

SAPUCAIA, M. **Depoimento [2 de outubro de 2012].** Rio de Janeiro. Entrevista concedida a Livia Assad de Moraes.

SILVA, Luiz Gabriel da. **Ditadura em Curitiba? Memórias (e esquecimentos) da repressão e da resistência na capital paranaense e criação de site temático.** Curitiba, CRV, 2021.

SINDERSKI, M. Rafaela. **A opinião do brasileiro sobre democracia e golpe militar.** Grupo de pesquisa em Comunicação Política e Opinião Pública, 4 de setembro de 2020. Disponível em:
<<https://cpop.ufpr.br/a-opinio-do-brasileiro-sobre-democracia-e-golpe-militar/>>. Acesso em: 26 de jan. 2023.

SODRÉ, Muniz. FERRARI, Maria Helena. **Técnica de reportagem: Notas sobre a narrativa jornalística**. São Paulo, Summus, 1986.

SODRÉ, N. W. **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Mauad, 1999.

TADDEO, Luciana. **Na Argentina, rejeição ao período militar impediria eleição de defensor da ditadura**. Uol, Buenos Aires, 5 de novembro de 2018. Internacional.

Disponível em:

<<https://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2018/11/05/na-argentina-rejeicao-a-ditadura-impediria-a-eleicao-de-um-bolsonaro-dizem-analistas.htm>>. Acesso em: 26 jan. 2023.

TAJFEL, Henri. **Grupos Humanos Y Categorías Sociales: Estudios de Psicología Social**. Barcelona, Herder, 1984.

TRAQUINA, N. **Teorias do Jornalismo: a tribo jornalística, uma comunidade interpretativa transnacional**. Florianópolis; Editora Insular, v. II, 2005.

WOLFE, T. **The New Journalism**. Londres, Picador, 1975.

ZELIZER, Barbie. TENENBOIM-WEINBLATT, Karen. **Journalism and Memory**. EUA: Palgrave Macmillan, 2014.

ZUGE, João Guilherme. **Informes da ditadura em tempo de “milagre econômico”: análise da repercussão do regime na coluna Informe JB (1969-1973)**. Cadernos de Clio v. 10, nº. 1, Curitiba, 2019.